



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
BACHARELADO EM FARMÁCIA**

GEOVANA LIMA PEREIRA

**PANDEMIA DE COVID-19 E SEGURANÇA ALIMENTAR DE MULHERES DO
QUILOMBO MURUMURU, SANTARÉM, PARÁ**

**SANTARÉM/PA
2023**

GEOVANA LIMA PEREIRA

**PANDEMIA DE COVID-19 E SEGURANÇA ALIMENTAR DE MULHERES DO
QUILOMBO MURUMURU, SANTARÉM, PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Saúde Coletiva, para obtenção do grau de
Bacharel em Farmácia.
Universidade Federal do Oeste do Pará.
Ciências da Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Helionora da Silva Alves
Coorientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

**SANTARÉM/PA
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

P436 Pereira, Geovana Lima
 Pandemia de COVID-19 e segurança alimentar de mulheres do Quilombo Murumuru, Santarém, Pará./ Geovana Lima Pereira. – Santarém, 2023.
 61 p. : il.
 Inclui bibliografias.

 Orientadora: Helionora da Silva Alves.

 Coorientador: Thiago Almeida Vieira.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Saúde Coletiva, Bacharelado em Farmácia.

 1. Quilombolas. 2. Mulheres. 3. Soberania alimentar. I. Alves, Helionora da Silva, *orient.* II. Vieira, Thiago Almeida, *coorient.* III. Título.

CDD: 23 ed. 616.2414



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
COORDENAÇÃO ACADÊMICA
Fone (093) 2101-4933 / Email: coordenacaoacademica.isco@ufopa.edu.br

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 26 dia de janeiro do ano de 2023, às 10 horas, na sala 306 do Bloco Modular Tapajós, foi convocada e formada a banca examinadora composta de três professores e/ou autoridades nesta Universidade, abaixo nominados, para o exame do trabalho escrito, apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, elaborado pela acadêmica Geovana Lima Pereira, cujo título é **Pandemia de Covid-19 e Segurança Alimentar de Mulheres do Quilombo Murumuru, Santarém, Pará**. Foi concedido o tempo máximo de 30 minutos para o acadêmico fazer a exposição oral do trabalho, atribuindo-se outros 30 minutos para arguições. Após a apresentação foram feitas as arguições ao acadêmico, visando a avaliação e crédito na disciplina. Concluídas as arguições, a banca passou à deliberação sobre a avaliação, considerando os seguintes critérios: Qualidade Técnica do Trabalho; Domínio do Conteúdo; Qualidade na Exposição Oral; Clareza e Coerência dos Objetivos da Pesquisa, Problemática, Métodos e Formas de Intervenção; e Referencial Teórico, Resultados e Bibliografia. Após a deliberação, concluída à presente banca de exame de TCC, trabalho foi considerado:

Aprovado (nota \geq 6,0).

Reprovado (nota $<$ 6,0).

Professor (a)	Função	Nota (0 a 10)
Ana Maria Silva Sarmento	Membro	10,0
Juliana Gagno Lima	Membro	9,7
	Média	9,85

A entrega da versão final do TCC, com as devidas alterações apontadas pela Banca Examinadora, deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias após defesa.

Assinaturas dos membros da banca

Presidente - Helionora de Siqueira Alves

Membro 1 - Ana Maria Silva Sarmento

Membro 2 - Juliana Gagno Lima

Santarém, 26 de janeiro de 2023

Ao meu avô e pai, motivo da minha força e perseverança. À minha avó e mãe, mulher forte e destemida que me ensinou a lutar por tudo aquilo que acredito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me permitir realizar mais esse sonho.

Aos meus pais Jorge, Ana, Verônica e Jorgeana, por todo amor e carinho dados a mim, sem vocês eu jamais teria chegado até aqui.

Ao meu pai José e minha mãezinha M^a Neuzilene que muito me inspiram a ser alguém melhor.

Aos meus irmãos Davi e Eduardo, pelas brincadeiras, passeios de bicicleta e companheirismo nos dias em que eu me sentia sozinha e sobrecarregada. Se algum dia vocês lerem isso, saibam que eu corria pra fazenda por esse motivo, mas também, principalmente porque eu sempre estou com saudades. Eu os amo!

À comunidade quilombola Murumuru (minha terra querida) pelas boas lembranças e pelas novas vivências.

Às guerreiras do quilombo que desde 2017 me acompanham nesse percurso acadêmico, que Deus guarde e proteja os seus lares de todo mal. Meu muito obrigada!

À minha amiga de infância Cláudia e à minha colega Patrícia por todo apoio e ajuda nessa fase importante da minha vida.

À professora Helionora e ao professor Tiago pela paciência, considerações e ensinamentos. Vocês são incríveis e todo discente merecia ser orientado por pessoas como vocês. Eu tive muita sorte, gratidão!

“Você diz desinfeliz, que somos pretos cismados,
muito ensimesmados. Pro teu prisma mestiço
você diz que racismo num é isso. Pame, primo,
mas quem cisma é o estado.”

(Preto Cismado - Canção de Aláfia, 2015).

RESUMO

No âmbito da pandemia causada pela Covid-19, ocorreu a crise econômica no Brasil, que contribuiu para a ampliação das desigualdades sociais, bem como, com o aumento da pobreza, que gerou precária as condições de vida das pessoas e provocou maiores impactos na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população, especialmente das mais vulneráveis socioeconomicamente. O presente estudo teve como objetivo principal analisar os efeitos de Covid-19 na segurança alimentar de mulheres da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará. Participaram deste estudo, 28 mulheres com idade entre 20 a 74 anos, integrantes do grupo de mulheres Guerreiras do Quilombo. A coleta de dados se deu por meio de um questionário, com perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, dividido em dois tópicos: perfil socioeconômico, saúde e alimentação, além disso, realizou-se a técnica de observação à campo. Para garantir o respeito aos direitos quanto aos aspectos éticos, a coleta das informações foi realizada após a assinatura da carta de anuência da Associação de Remanescentes de Quilombos de Murumuru (ARQMU) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para a organização e tabulação dos dados, utilizou-se o programa Microsoft Excel, onde as informações foram analisadas quantitativamente por meio de estatística descritiva: frequência absoluta (número total de citações), relativa (porcentagem dessas citações) e média. Este estudo apontou que no período do distanciamento social, muitas dessas mulheres tiveram dificuldades de acesso aos alimentos para o seu sustento e de suas famílias, no qual, tiveram que criar estratégias como o racionamento da comida, em tempos em que os comércios estavam fechados e do aumento dos valores de produtos alimentícios. Além disso, o uso da terra para o cultivo, a solidariedade, e a grande disponibilidade de frutas na comunidade, foram essenciais para garantir que nenhuma de suas famílias passassem fome. Observou-se que o consumo de alimentos processados e ultraprocessados se caracterizou como uma das alternativas que as participantes encontraram para garantir sua alimentação durante a pandemia. Apesar das dificuldades encontradas, as guerreiras do quilombo buscaram meios para garantir a sua alimentação mediante a crise, demonstrando, portanto, que o protagonismo feminino para combater a insegurança alimentar e nutricional frente as adversidades, foi essencial para a alimentação de suas famílias.

Palavras-chave: Quilombolas; Mulheres; Soberania Alimentar; Pandemia; Amazônia.

ABSTRACT

Within the scope of the health crisis caused by Covid-19, the economic crisis occurred in Brazil, contributing to the increase in social inequalities, as well as to the increase in poverty, making the living conditions of the population precarious and causing greater impacts on Food and Nutrition Security (SAN) of the population, especially the less favored. The main objective of this study was to analyze the effects of Covid-19 on the food security of women from the Murumuru quilombola community in Santarém, Pará. The study included 28 women aged between 20 and 74 years, members of the Guerreiras do Quilombo women's group. Data collection took place through a questionnaire, with open, closed and multiple-choice questions, divided into two topics: socioeconomic profile and health and food, in addition to the observation technique. To ensure respect for rights regarding ethical aspects, the collection of information was carried out after signing the letter of consent from the Association of Remnants of Quilombos of Murumuru (ARQMU) of the Term of Free and Informed Consent (TCLE). For the organization and tabulation of data, the Microsoft Excel program was used, where the information was analyzed quantitatively using descriptive statistics: absolute frequency (total number of citations), relative frequency (percentage of these citations) and average. This study pointed out that, during the period of social distancing, many of these women had difficulties in accessing food to support themselves and their families, having to create strategies such as food rationing, in times when shops were closed and the prices of products increased. food. In addition, the use of land for cultivation, solidarity, and the wide availability of fruits in the community were essential to ensure that none of their families went hungry. It was observed that the consumption of processed and ultra-processed foods was characterized as one of the alternatives that the participants found to guarantee their food during the pandemic. Despite the difficulties encountered, the quilombo warriors sought ways to guarantee their food during the crisis, thus demonstrating that female protagonism to combat food and nutritional insecurity in the face of adversity proved to be essential for feeding their families.

Keywords: Quilombolas; Women; Food Sovereignty; Pandemic; Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Modelo conceitual dos determinantes relacionados a SAN.....	19
Quadro 2 - Classificação atual dos alimentos.....	38
Tabela 1 - Refeições realizadas diariamente pelas mulheres que participaram da pesquisa....	35
Tabela 2 - Alimentos mais consumidos durante a pandemia da Covid-19 pelas mulheres que participaram da pesquisa	37
Tabela 3 - Doenças diagnosticadas que foram informadas pelas mulheres que participaram da pesquisa.....	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do tempo dos marcos legais de 1985 a 2023.....	20
Figura 2 - Mapa da comunidade quilombola Murumuru.....	28
Figura 3 - Quantidade de pessoas que residem nas casas das mulheres que participaram da pesquisa.....	31
Figura 4 - Nível de escolaridade das mulheres que participaram da pesquisa.....	32
Figura 5 - Renda monetária pessoal das mulheres que participaram da pesquisa.....	33
Figura 6 - Renda monetária familiar das mulheres que participaram da pesquisa.....	34
Figura 7 - Frutas listadas como as mais consumidas pelas mulheres que participaram da pesquisa.....	38
Figura 8 - Frequência de consumo de produtos alimentícios processados e ultraprocessados pelas mulheres que participaram da pesquisa.....	39
Figura 9 - Frequência de consumo de produtos alimentícios minimamente processados pelas mulheres que participaram da pesquisa.....	42
Figura 10 - Frequência de consumo de produtos alimentícios in natura pelas mulheres que participaram da pesquisa.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARQMU	Associação de Remanescentes de Quilombos de Murumuru
AM	Amazonas
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DHAA	Direito Humano à alimentação Adequada
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FOQS	Organizações Quilombolas de Santarém
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
Malungu	Organização das Comunidades Quilombolas do Pará
MPV	Medida Provisória
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas.
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Segurança Alimentar e Nutricional
PFZ	Programa Fome Zero
PBF	Programa Bolsa Família
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PAA	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PSEQ	Processo Seletivo Especial Quilombola
RJ	Rio de Janeiro
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SM	Salário Mínimo
Sal. Mín.	Salário Mínimo
Sacaca Ambiente	Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e
TCR	Transferência de Renda
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
VIGISAN Covid-19	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Soberania Alimentar.....	16
2.2 Segurança Alimentar e Nutricional.....	17
2.2.1 Aspectos legais e normativas.....	20
2.3 Pandemia de Covid-19 e a SAN de quilombolas.....	22
2.4 Protagonismo feminino como instrumentos para promover a SAN.....	24
2.5 Das Comunidades Quilombolas.....	26
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 Historiando a comunidade quilombola Murumuru.....	27
3.2 Coleta de dados.....	29
3.1.1 Análise de dados.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)..	55
.....	
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO.....	58
ANEXOS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na província de Wuhan na China, foi detectado o primeiro caso do coronavírus (SARS-CoV-2) responsável pela doença Covid-19, e em março do ano de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou a contaminação pelo do vírus ao nível de pandemia, considerando sua rápida disseminação.

Junto à pandemia de Covid-19, ocorreu também a crise econômica, que contribuiu para o aumento do número de desemprego, das desigualdades sociais e para o aumento pobreza no Brasil, tornando precária as condições de vida da população, o que provocou impactos na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos indivíduos (BERNARDES et al., 2021).

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), de Nº 11.346, de 15 de julho de 2006, a SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Para entender o conceito SAN no Brasil, é necessário que se entenda questões estruturais que causam vulnerabilidade e desigualdades sociais (racismo, desemprego, precariedade na educação, etc.), pois, estas questões possuem uma importante relação com o acesso ao alimento (FREITAS; PENA, 2007).

Corrêa e Silva (2021), afirmam que as comunidades remanescentes de quilombos possuem grande vulnerabilidade decorrente do racismo estrutural¹ e de conflitos provocados pelo desenvolvimento econômico, o qual possui altos índices de degradação ambiental, como por exemplo, a expansão do agronegócio, da mineração, de madeireiros, fazendeiros, etc.

Esses mesmos autores, asseveram que essas comunidades têm sua identidade ligada à ideia coletiva de pertencimento, onde, valores, costumes e lutas comuns se constituem como base para a construção de seus laços, ademais, existem elementos estruturais que diferenciam cada grupo, portanto, assuntos relacionados à alimentação devem considerar estas questões.

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar os efeitos de Covid-19 na segurança alimentar de mulheres da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará.

¹ O racismo estrutural decorre da própria estrutura social, de como são constituídas as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, não deve ser considerado como uma patologia social ou um desarranjo institucional, porém, esse conceito não retira a responsabilidade individual sobre práticas e condutas racistas e muito menos deve ser utilizado como alibi para quem comete esse tipo de crime (ALMEIDA, 2018).

Para alcançá-lo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar o perfil socioeconômico das mulheres residentes no quilombo; e elencar os principais problemas enfrentados por estas mulheres no que diz respeito ao acesso aos alimentos.

Este estudo se justifica pela necessidade de se abordar SAN em comunidades quilombolas, principalmente no âmbito da crise sanitária causada pela Covid-19. Além disso, torna-se relevante para a sociedade, principalmente para as mulheres de Murumuru, pois, a abordagem traz novas perspectivas sobre os problemas que estas enfrentaram antes, durante e ainda enfrentam na pandemia para garantir SAN em seus lares. Embora, a luta dessas mulheres não seja apenas para colocar um prato de comida na mesa, mas também por uma vida mais justa e igualitária (SCHALL et al., 2022).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Soberania Alimentar

Foi durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar que ocorreu em Havana – Cuba em 2001, que a soberania alimentar foi apresentada como a via para erradicar a fome e a desnutrição, garantindo a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos.

A noção de soberania é abrangente e não está somente ligada a garantia da SAN, mas também com o modelo econômico que gera pobreza e opressão; com a articulação e implementação de políticas públicas que possa mostrar a dimensão do local como um espaço privilegiado e fundamental para sua concretização, de forma conjunta; com o protagonismo e a participação dos indivíduos envolvidos nos processos (JALIL, 2009).

De acordo com Silva (2020), a Soberania Alimentar é o direito que os povos possuem para criarem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que possam garantir a alimentação para todos, tendo como base a pequena e média produção, com respeito às culturas e a diversidade dos camponeses, pescadores e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais.

Meirelles (2004) afirma que este conceito também está ligado a um amplo conjunto de relações que abrangem o direito dos povos sobre a definição da sua política agrária e alimentar, ajudando a garantir o abastecimento das populações, preservando o meio ambiente e protegendo a produção, frente à concorrência de outros países.

Para Jalil (2009), a Soberania Alimentar está relacionada com os questionamentos sobre as relações de poder, bem como das práticas sociais, presentes em diversas dimensões, como por exemplo a cultural, a política, a econômica e a social, fazendo com que as interligações entre elas a torne mais complexa.

Altieri (2010) afiança que os movimentos sociais rurais acatam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal, o qual acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema de comida no mundo.

Nessa perspectiva, segundo Meirelles (2004), o direito a Soberania Alimentar vem sendo negligenciado pela sociedade, onde se observa que a insegurança alimentar está intimamente associada ao processo de degradação das bases econômicas, sociais, biológicas e culturais da agricultura familiar, por isso, é importante destacar que o acesso a alimentos saudáveis com boa qualidade é um direito universal dos seres humanos e deve se sobrepôr a qualquer fator que prejudique sua efetivação.

Segundo Silva (2020) a soberania alimentar perpassa pelo desmonte latifundiário o qual amplia e fortalece o agronegócio e a agroindústria de transformação alimentar, bem como, por suas práticas de monoculturas, principalmente de soja, milho, arroz e trigo, que atualmente são considerados a base da alimentação dos cidadãos.

Ademais, Altieri (2010) afirma que as exportações agrícolas com o objetivo de contribuir para a economia do Brasil (como a da soja) trazem inúmeros problemas econômicos, ambientais e sociais, que acabam provocando impactos negativos à saúde pública, ao ecossistema, à qualidade dos alimentos e muitas vezes causam transtornos dos sustentos rurais tradicionais.

2.2 Segurança Alimentar e Nutricional

A utilização do termo Segurança Alimentar surgiu após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), onde alguns países perceberam que eram capazes de dominar outro controlando a distribuição de alimentos, assim, a alimentação se tornou uma “arma” especialmente para as grandes potências, responsáveis pelo fornecimento de alimentos para os países que não conseguiam produzi-los em quantidades suficientes para suprir sua demanda.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a SAN passou a ter mais visibilidade por causa da disponibilidade insuficiente de alimentos, principalmente nos países mais pobres, por este motivo, foram articuladas iniciativas para a promoção da assistência alimentar, feitas especialmente a partir da produção excessiva de alimentos nos países ricos (BURITY et al., 2010).

No ano de 1974, quando ocorreu a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, realizada pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), em um momento delicado, no qual os estoques mundiais de alimentos estavam escassos, predominava a ideia de que a SAN estava ligada à produção agrícola, diante disso, houve o fortalecimento do argumento da indústria química com relação à defesa da Revolução Verde, que defendia a ideia de que a fome e a desnutrição

desapareceria do mundo caso houvesse o aumento significativo da produção agrícola assegurada pela utilização maciça de fertilizantes e agrotóxicos (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

A Revolução Verde foi lançada com o objetivo de impulsionar a produtividade de alguns alimentos, e introduzir no mercado o uso de novas variedades genéticas dependentes de insumos químicos, esse impulsionamento não garantiu o acesso aos alimentos, na verdade, ao mesmo tempo que houve o aumento da produção de alimentos, ocorreu o crescimento do número de pessoas com fome e excluídas na sociedade (BURITY et al., 2010).

De acordo com Freitas e Pena (2007), a SAN se configura como um direito social que deve ser assegurado pelo Estado, onde todo cidadão tem direito de viver sem a ameaça de fome, deve ter acesso à alimentação, bem como hábitos alimentares saudáveis. Ela leva em consideração questões referentes a dimensão cultural, intrinsecamente ligada as preferências alimentares das populações, presente nas práticas de preparo e consumo alimentar, procurando compreendê-la e defendê-la, já que está associada às condições ambientais, sociais, e com suas próprias histórias (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Em 1996 durante a Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, líderes de vários países, inclusive do Brasil, estabeleceram o compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas com fome até 2015 (BELIK, 2003). Em 2014, por conta das políticas públicas e estratégias implementadas no país para o combate a fome, o Brasil conseguiu esse feito, porém, em 2015 voltou novamente para o Mapa Mundial da Fome das Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Silva (2020), mesmo com os avanços, a elaboração do conceito de SAN ainda é voltado para a garantia da produtividade e disponibilidade, atendendo aos interesses capitalistas do mercado global, do capital industrial e agropecuário, além disso, por ser visto como um conceito complexo que abrange interesses em conflituosos, é necessário que se faça mudanças constantes para que possa acompanhar os avanços exigidos.

Para Belik (2003), a SAN é abarcada por interesses particulares que, muitas vezes, promovem a destruição do meio ambiente e até dos hábitos culturais de um povo, por isso, as políticas de segurança alimentar são de extrema importância.

Maluf, Menezes e Marques (2000) afirmam que a construção das políticas que abordem a SAN não é um assunto exclusivo governamental, nesse sentido, o Estado deve garantir a criação de espaços institucionais que possam assegurar a inserção dos diversos segmentos da sociedade civil, constituindo-se como um espaço do exercício de interesses públicos para o combate da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) no país.

Burlandy (2007) constata que muitas famílias vivem com InSAN mesmo sem “passar fome”, uma vez que a alimentação pode não ser adequada às normas sanitárias, nutricional ou cultu-

ral e até mesmo, porque o alto custo dos alimentos acabam comprometendo a realização de outras necessidades primordiais para uma melhor qualidade de vida.

Kepple e Segall-Corrêa (2011) asseveram que questões como exclusão social, perda de autoestima, estresse e sofrimento emocional ligadas a InSAN afetam a saúde dos indivíduos. Buscando relacionar a SAN com a área da saúde e outras áreas, estas autoras criaram um modelo conceitual dos determinantes associados a esse tema (Quadro 1).

Quadro 1- Modelo conceitual dos determinantes relacionados a SAN.

Níveis	Determinantes
Macrossocioeconômicos	Sistema político-econômico mundial; Políticas econômicas, sociais e assistenciais; Políticas agrícolas e ambientais; e Reconhecimento de SAN como direito humano.
Regionais e locais (comunidade)	Preços dos alimentos; Custo de outras necessidades essenciais; Emprego, salários e estabilidade; Racismo e discriminação; Rede de apoio social; Programas assistenciais; Serviços de saúde e educação; Cultura alimentar; Saneamento básico; e Vigilância sanitária.
Domiciliares	Escolaridade; Perfil demográfico dos moradores Raça/Cor; Pessoa de referência da família; Saúde dos moradores; Educação alimentar; Comportamento e hábitos alimentares; Renda/estabilidade financeira; Emprego e tempo disponível da mãe; Participação em programas assistenciais; Rede social.

Fonte: Adaptado de Kepple e Segall-Corrêa (2011).

Observa-se que os determinantes dos três níveis estão intimamente interligados, as questões econômicas/renda, sociais e assistenciais citadas são essenciais para o acesso aos alimentos capazes de proporcionar, se acessados e/ou disponibilizados efetivamente, uma vida digna principalmente para os mais vulneráveis.

Segundo Maluf, Menezes e Marques (2000), a disponibilidade de renda é considerada o principal determinante para o acesso adequado aos alimentos visando garantir a SAN, sendo este

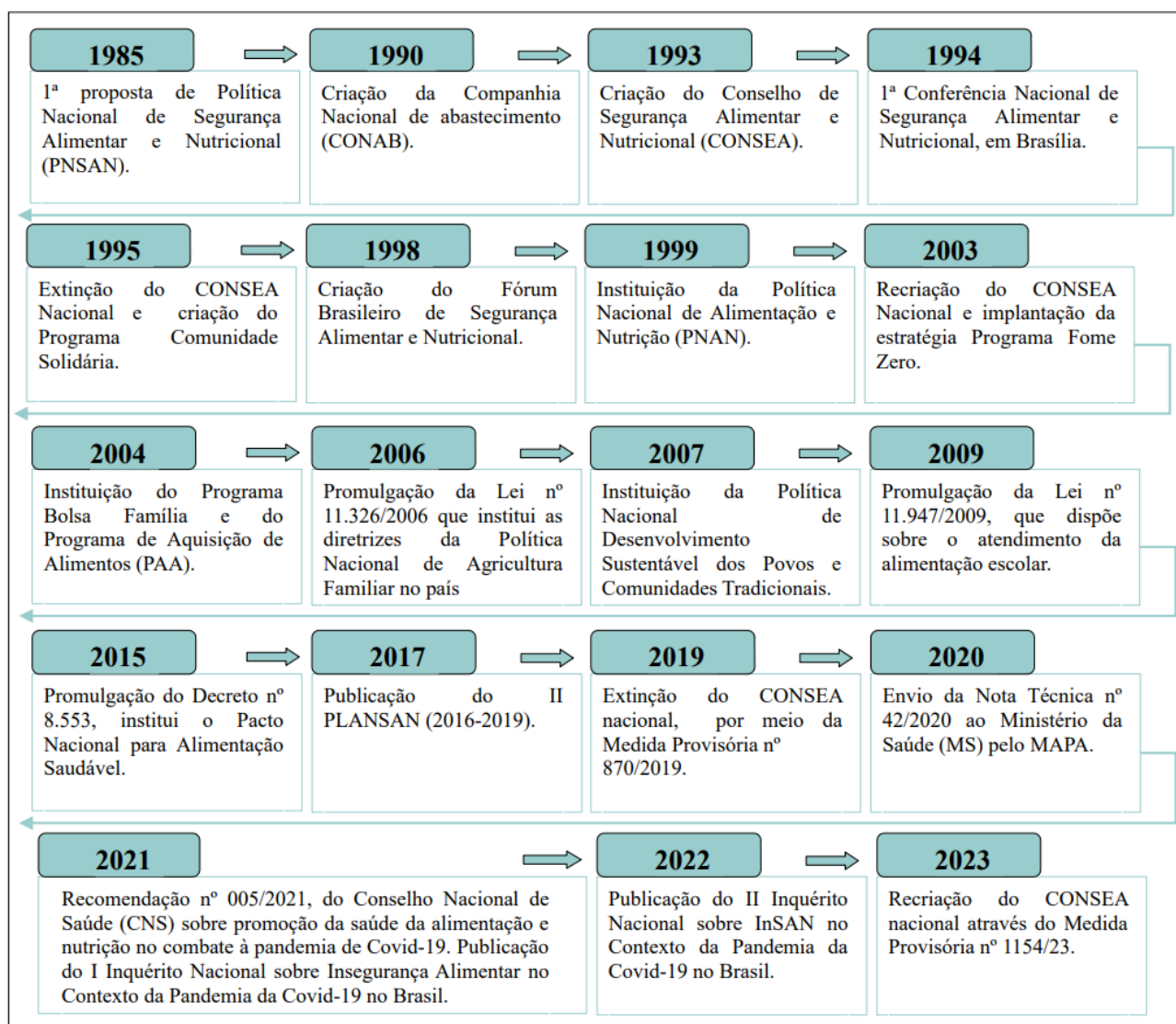
determinante, uma expressão do grau de equidade social, uma vez que a capacidade de adquirir alimentos, impacta na produção e no consumo.

Para estes mesmos autores, os gastos com a compra de alimentos, possuem um peso distinto dependendo da composição das despesas familiares e que o acesso regular e adequado para as de baixa renda torna-se muito importante, pois, concentra uma parcela significativa da renda familiar, o que muitas vezes compromete o acesso a outros bens e serviços que são essenciais para viver com dignidade.

2.2.1 Aspectos legais e normativas

Ao longo dos anos, várias medidas governamentais foram tomadas com o objetivo de combater a fome e promover a SAN no Brasil. Na figura 1 destacam-se algumas destas.

Figura 1 - Linha do tempo sobre os marcos legais de 1985 a 2023.



Fonte: Adaptada de Silva (2021).

Todas estas ações foram importantes para combater a fome no Brasil, mas, vale destacar neste trabalho, a criação do CONSEA nacional pelo Decreto Nº 807/1993 no decorrer do governo de Itamar Franco (1992 a 1995), com o objetivo de assessorar a presidência da República no que diz respeito aos temas relacionados à saúde e alimentação, atuando principalmente no combate à fome, no incentivo a alimentação saudável e na redução da utilização de agroquímicos nas produções agrícolas.

A criação do conselho culminou na realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar em Brasília, mobilizando profissionais da saúde, da educação e de outros setores sociais.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1996 a 2002) o CONSEA foi extinto, sendo criado por meio do Decreto Nº 1366/1995 o Programa Comunidade Solidária, com a finalidade de promover diálogo político entre o governo e a sociedade para a elaboração de estratégias inovadoras para o desenvolvimento social.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), o CONSEA nacional foi novamente reconstituído por meio do Decreto Nº 4.582/2003, sendo responsável pela formulação, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), instituídos pela LOSAN, que também regulamentou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

O combate à fome e a SAN eram pautas centrais da nova gestão, neste contexto, foi consolidado o Programa Fome Zero (PFZ) que substituiu o Programa Comunidade Solidária. O PFZ foi uma estratégia de formulação, mobilização e de integração de iniciativas voltadas para a produção, abastecimento, acesso aos alimentos, bem como para a educação alimentar e nutricional, articulado pelos governos federal, estaduais e municipais, assim como a sociedade civil, sendo capaz de reduzir a miséria, a pobreza, a desigualdade, a desnutrição e a InSAN no Brasil (BRASIL, 2010).

O governo articulou o PFZ com outras políticas públicas objetivando assegurar o Direito Humano à alimentação Adequada (DHAA) e promover a SAN, nestes, se incluem o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras ações (BRASIL, 2010).

Foi no governo de Dilma Vana Rousseff (2011 a 2016), por conta das políticas públicas implantadas, que o Brasil saiu do Mapa da Fome divulgado pela FAO, no qual constava que a prevalência de subalimentação no País caiu para menos de 5% em 2013, com relação aos anos 2000-2002 que era de 10,7% (SILVA, 2021).

Um dos primeiros atos do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022), foi extinguir novamente o CONSEA nacional, em 1º de janeiro de 2019 por meio da MPV Nº 870/2019. Esta ex-

tição fragilizou o funcionamento do SISAN e comprometeu a garantia do DHAA no País, além disso, representou um desrespeito à democracia e um retrocesso, considerando o desmonte da participação social que é um dos pilares da democratização do Estado (CASTRO, 2019).

Como consequência do retrocesso e do desmonte das políticas públicas para o combate à fome, bem como a extinção do CONSEA, durante a pandemia de Covid-19, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN, 2021) através do I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (I VIGISAN), mostrou que em dezembro de 2020, 09% da população (19 milhões de pessoas) estavam convivendo com a fome. O II inquérito publicado em 2022, identificou que este percentual era de 15,5% (33,1 milhões de pessoas) indicando que 14 milhões de novos brasileiros estavam em situação de fome em menos um ano.

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro instituiu no âmbito da crise sanitária o Auxílio Emergencial 2021 regulamentado pela MPV Nº 1.039, de 18 de março de 2021, para ajudar no enfrentamento da covid-19, este auxílio foi pago em quatro parcelas mensais no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais). Após este fato, foi sancionada a Lei Nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021 que instituiu o Auxílio Brasil - programa de assistência financeira a famílias de baixa renda, substituto do PBF.

Luiz Inácio Lula da Silva eleito presidente da República pela terceira vez, reativou o CONSEA nacional em seu primeiro dia de mandato através da MPV Nº 1.154 de 01 de janeiro de 2023, visto que o combate à fome e à miséria é compromisso do atual governo Brasileiro. O presidente garantiu a disponibilização do valor do Auxílio Brasil de R\$ 600,00 (seiscentos reais) que voltará a se chamar PBF, com o incremento de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para famílias com crianças de até 05 anos de idade na escola.

Partindo da premissa de que o presidente Lula assumiu o compromisso de combater a fome e a miséria, nos resta aguardar para sabermos que outras medidas serão tomadas, aliás, fica o questionamento sobre quais serão os entraves e desafios que o governo encontrará para alcançar este objetivo.

2.3 Pandemia de Covid-19 e a SAN de quilombolas

No Brasil, além de aumentar a vulnerabilidade e precarização das condições de vida da população quilombola, a pandemia impede que se pense em políticas públicas capazes de diminuir os problemas decorrentes das desigualdades sociais enfrentadas, para além disso, comunidades quilombolas de todo país tem sido cada vez mais afetados pela crise sanitária, as situadas no estado do Pará, por exemplo, tem o maior índice de casos de óbitos por Covid-19 do país (DEUS, 2021).

O Pará foi o estado que apresentou o maior número de casos de Covid-19 entre a população quilombola no primeiro semestre de 2020; no levantamento realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), o estado possuía 36% dos doentes nas 528 comunidades quilombolas (BAENA; CHÊNE, 2021).

A Malungo e um grupo de pesquisadores do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente da Universidade Federal do Oeste do Pará (Sacaca/UFO-PA) sem nenhum apoio dos órgãos oficiais de saúde, começaram divulgar informações sobre os casos da Covid-19 nas comunidades quilombolas do Pará em maio de 2020, vale ressaltar, que os dados sobre a doença eram repassados pelos comunitários.

No primeiro boletim epidemiológico, atualizado em 24 de maio de 2020 existiam 38 casos confirmados, 51 recuperados, 233 suspeitos e sem assistência médica, 53 suspeitos em tratamento médico, 15 óbitos e 03 hospitalizados. No ano seguinte, o boletim epidemiológico publicado em 27 de maio, mostrava que o quantitativo de casos confirmados era de 2574 e 95 óbitos.

O simples fato de residir em comunidades quilombolas é um fator que contribui para que a SAN não seja alcançada, além disso, reforça a vulnerabilidade a qual esta população está submetida, considerando que a presença da InSAN tende a ser, sobretudo, característica de grupos étnicos com ancestralidade negra, mulheres com baixa escolaridade, residentes na zona rural da região Norte ou Nordeste do Brasil (DA SILVA MACIEL et al., 2021).

Para se ter uma ideia, de acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN, 2022) a SAN está presente em 53,2% dos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara branca, enquanto nos lares daqueles que se autodeclararam de raça/cor preta ou parda ela cai para 35%, ou seja, 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem com restrição alimentar. Além disso, o inquérito mostrou que a fome está presente em 43,0% dos lares com renda per capita de até 1/4 do Salário Mínimo (SM), atingindo principalmente famílias que possuem mulheres como representantes.

Nesse sentido, Da Silva Rodrigues (2022) em seu estudo realizado na comunidade quilombola de Andirá – AM, afirma que antes da pandemia os quilombolas já viviam com insegurança alimentar, principalmente pelo fato de terem perdido uma parcela considerável do seu território original, o que isso impactou diretamente na autonomia de geração de renda e de alimentação.

A não-titulação causa impedimento para a criação de projetos que envolvam a SAN com bases sustentáveis, esse problema pode influenciar no estado nutricional das comunidades, considerando a forma de como se dão a oferta, a disponibilidade, o acesso, e o consumo de alimentos (SILVA et al., 2008).

Além da falta de posse da terra, outros fatores como, a ausência de renda monetária, aumento de doenças, fatores ambientais, marginalidade, analfabetismo, falta de tecnologia adequada para pesca e para a obtenção de subprodutos agrícolas como o açaí e a mandioca, são capazes de causar insegurança alimentar nas comunidades quilombolas (SILVA et al., 2008).

Um estudo realizado por Monego, et al. (2015) em comunidades quilombolas do Tocantins, revela que a InSAN esteve fortemente presente, um dos pontos mais importantes foi o achado da (falta de) qualidade da alimentação e a preocupação dos quilombolas com sua obtenção, os autores ressaltam que restrição alimentar, a deficiência quantitativa dos alimentos e a fome, estiveram presente em uma parcela significativa dos lares.

Considerando o contexto da pandemia de Covid-19, Schall et al. (2022) afirmam que a fome vem sendo tratada como um evento momentâneo causado por fatores econômicos resultantes das limitações cruciais para conter o vírus, contudo, a fome no país não é resultado repentino da pandemia, ela só evidenciou o favorecimento de privilégios econômicos de uma minoria.

2.4 Protagonismo feminino como instrumentos para promover a SAN

No Brasil, as abordagens sobre SAN, surgiram a partir da luta de mulheres, estas, trouxeram para os debates as questões de gênero, criando novas medidas para se colocarem e se perceberem como sujeitos políticos capazes de mudar a forma de fazer política (JALIL, 2009).

De acordo com Mendonça (2019), os discursos sobre igualdade de gênero estão intimamente ligados a SAN, visto que a participação de mulheres em um sistema de produção sustentável é essencial, pois, são elas que geralmente se preocupam com a saúde das pessoas que compõem a sua família, bem como, com o consumo de alimentos saudáveis.

Além disso, as mulheres atuam como produtoras e administradoras dos recursos da agricultura e desempenham um papel importante na produção, no consumo de alimentos sustentáveis, na proteção da biodiversidade, e na preservação e resgate do conhecimento tradicional (MENDONÇA, 2019).

A utilização do protagonismo como ferramenta para garantir a SAN contribui tanto para o empoderamento feminino, como para a independência financeira. Contudo, apesar do protagonismo, as desigualdades nas relações de gênero são muito evidentes, por este motivo, não somente é necessário fazer uma reflexão sobre o papel da mulher no ambiente familiar, como também é importante que se pense na divisão do trabalho de forma equitativa e na igualdade salarial (DA SILVA MACIEL et al., 2021).

Corroborando com isso, o II VIGISAN (2022) revelou que a cada 10 lares chefiados por mulheres, 06 convivem com a insegurança alimentar, nessas casas a fome aumentou de 11,2% para 19,3%, em comparação com os homens, onde a fome passou de 7,0% para 11,9%.

Em pesquisa realizada em 04 comunidades quilombolas do estado do Tocantins, Da Silva Maciel et al. (2021) asseguram que ser mulher chefe de família aumenta a possibilidade de InSAN, visto que essas variáveis podem se configurar como um importante indicador da relação entre vulnerabilidade, sexo e insegurança alimentar.

Nesse sentido, Silva (2020) pondera que para garantir a SAN, é necessário criar estratégias que valorizem a agricultura familiar e camponesa, orientada pela produção com base agroecológica, agroflorestal ou de técnicas que preservam o meio ambiente, bem como, a comercialização local.

Dentre algumas estratégias que podem ser utilizadas para incentivar a promoção da SAN, destaca-se a elaboração de cartilhas educativas agroecológicas. Para De Paula Casemiro (2020) as cartilhas se configuram como um instrumento que promove uma experiência enriquecedora para quem participa da elaboração, permitindo com que se tome conhecimento dos problemas enfrentados pelos agricultores; colaboram para a produção de produtos com qualidade; na proteção da saúde pública; ajudam garantir a segurança e a satisfação do consumidor.

A educação ambiental também se destaca como um instrumento importante para a conscientização da utilização do meio ambiente de forma ecológica, contribuindo para a preservação, conservação da diversidade biológica presente na natureza e recuperação áreas degradadas por ações humanas insustentáveis, para isso, ela precisa ser dinâmica e constante (VIEIRA et al., 2020).

Mendonça (2019) afirma que a SAN pode ser garantida através da agroecologia, com o aumento da produção de alimentos no âmbito familiar, o que resultaria na ampliação, na disponibilidade de alimentos, no aumento da renda, e conseqüentemente na diminuição da pobreza, da miséria e da fome.

A agroecologia se baseia na execução de métodos e práticas capazes de valorizar os recursos naturais disponíveis, assim como os saberes tradicionais dos povos, principalmente dos agricultores familiares e das populações tradicionais, para sua utilização no âmbito do manejo produtivo dos ecossistemas, se contrapondo assim, aos processos tecnológicos do agronegócio (SANTOS; CURADO, 2012).

A produção de base agroecológica, oferece alimentos saudáveis e seguros (livre de venenos e transgênicos) para consumo, além disso, proporciona manejos e práticas incapazes de violar o DHAA das próximas gerações, e ainda, sem desrespeitar a cultura e o modo de vida das pessoas (SILVA, 2020).

2.5 Das Comunidades Quilombolas

A palavra quilombo em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada e inserida no Brasil pela administração colonial, em suas legislações, estes, se referiam às unidades de apoio criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no país (FREITAS et al., 2011).

De acordo com o decreto no 4887/03, comunidades quilombolas são grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A imagem das comunidades quilombolas como um lugar de refúgio e foco de resistência, é constantemente reconstruída com o objetivo de reafirmar a luta de uma minoria étnica historicamente impedida de seus direitos (FREITAS et al., 2011).

Para Funes (1995) a sobrevivência dos quilombos na Amazônia, dependeram tanto da interação com o meio ambiente, de sua organização interna, como também da rede de relações solidárias tecidas pelos quilombolas, que garantia a inclusão, a interação com o mercado local, assim como com a sociedade escravista.

Souza (2008), constata que as comunidades quilombolas estão distribuídas por todo território nacional, geralmente são formadas por forte vínculo de parentesco, mantendo ainda vivas tradições culturais e religiosas; na região Norte, o Pará é o estado que tem o maior número de comunidades quilombolas, já tituladas em todo Brasil, e conta com a legislação que regulamenta as processo de titulação dessa categoria de terras desde o ano de 1998.

Em Santarém Pará, existem 12 comunidades remanescentes de quilombos situadas nas regiões do planalto (Murumuru, Tingu, Murumurutuba, Bom Jardim e Pérola do Maicá) e de várzea (Arapemã, Saracura, São José do Ituqui, Nova Vista do Ituqui, Patos do Ituqui, São Raimundo do Ituqui e Surubiaçu). Essas comunidades estão organizadas através da Organização das Comunidades Quilombolas do Pará (Malungu) bem como, pela Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) constituída por lideranças quilombolas das associações remanescentes.

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2017), o principal foco de atuação das comunidades quilombolas de Santarém é a luta pela titulação dos territórios tradicionais, pois, acesso à terra é essencial para garantir sua sobrevivência, já que foram expropriadas destas, encontrando-se atualmente em áreas inferiores de quando ocupadas no passado.

Segundo Silva et al. (2008), as comunidades quilombolas situadas no planalto do Santarém, tem sua subsistência advinda principalmente de cultivos agrícolas e da pecuária, já os quilombos da região ribeirinha vivem principalmente da pesca. Para estes autores, a ameaça ambiental às condições de vida dessas comunidades é um aspecto que se destaca para a compreensão de fatores que

causam a insegurança alimentar e nutricional nos quilombos, bem como a ausência de uma renda monetária, provenientes de empregos e salários.

Silva et al. (2008), ainda afirmam que os quilombos santarenos sofrem com uma invisibilidade social, a qual está vinculada à marginalidade econômica, além disso, as comunidades são localizadas longe do centro urbano, o que gera interesses de exploração dos recursos naturais e de terras pelo mercado capitalista interferindo no bem-estar dos quilombolas desses territórios.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é resultado da minha jornada acadêmica iniciada em 2015, da minha vivência enquanto mulher quilombola e da minha vontade de dar voz, visibilidade e retratar a realidade das mulheres quilombolas de Murumuru que não tiveram a mesma oportunidade que eu no âmbito universitário. Aliás, toda minha formação é resultado de muita luta por parte das nossas comunidades quilombolas, que mesmo com todos os impedimentos, nunca deixaram de reivindicar os direitos daqueles que historicamente foram impedidos de exercê-los.

Cabe aqui relatar em algumas linhas, que quando cheguei em Murumuru para coletar os dados deste trabalho, lembrei da minha infância, de quando eu brincava na chuva, correndo no campo de futebol encharcado e aproveitando para banhar no igarapé, lugar em que nos dias ensolarados as mulheres da comunidade iam lavar suas roupas.

O relato das lembranças feito anteriormente foi motivado por causa da forte chuva que caía naquele dia, inclusive, nesse período as chuvas têm sido frequentes, o que torna o acesso à comunidade difícil, esta foi a principal dificuldade encontrada neste percurso.

Este trabalho tem caráter descritivo com abordagem quantitativa, que segundo Zanella (2013) procura conhecer a realidade, suas características e problemas; já a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso de instrumentos estatísticos e tem como finalidade medir relações entre as variáveis, também é apropriada para medir opiniões, atitudes e preferências.

3.1 Historiando a comunidade quilombola Murumuru

O nome Murumuru se deu por conta da presença de muitas palmeiras de Murumuruzeiro (*Astrocaryum murumuru*) vistas ao longo da comunidade. Contam os mais velhos, que Murumuru foi fundada por cinco moradores, dois deles seriam José Lavra Pau e Antônio Colibri, estes indivíduos teriam fugido da escravidão.

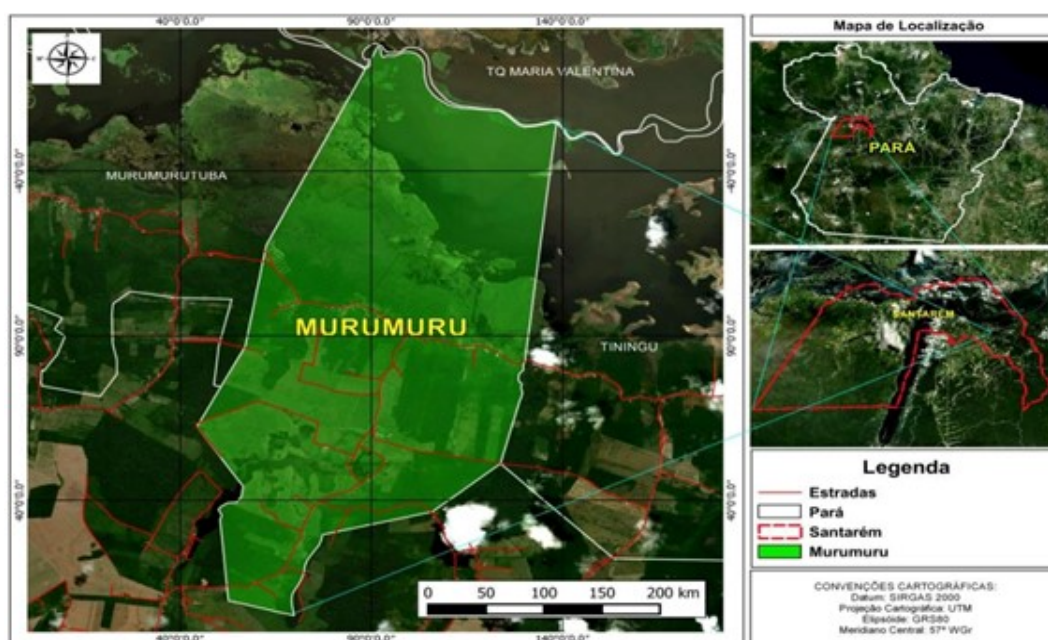
De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a comunidade remanescente de quilombo de Murumuru possui uma área de 1.827 hectares, onde residem 116 famílias, sendo delimitada de acordo com as áreas de moradia, terras reservadas para execução das

atividades produtivas, e aspectos como: espaços de uso comum, deslocamentos, lazer, manifestações religiosas e culturais.

A comunidade é certificada pela Fundação Cultural Palmares como território remanescente de quilombo, porém não é titulada, cujo processo tramita desde o ano de 2003 e conta com a Associação de Remanescentes de Quilombos de Murumuru (ARQMU), inscrita sob o CNPJ no 09.071.667/0001- 50.

Murumuru está localizada no planalto Santareno, próximo à rodovia PA – 370 (Curuá – Una), no ramal Santa rosa, distante de Santarém 30 KM (Figura 2).

Figura 2 - Mapa da comunidade quilombola Murumuru.



Fonte: Costa et al. (2018).

No que diz respeito à subsistência, predominam a pesca, a agricultura com o cultivo de roças e de açaí, além disso, algumas famílias possuem pequenas criações de animais. A comunidade conta com a escola Afro Amazônida de nível fundamental e médio, este, é ofertado por meio do Ensino Modular²; uma sede do clube vasco da gama onde ocorre anualmente no mês de agosto o festival do açaí, com apresentações culturais, iguarias da época e produtos derivados do açaí. Também há um salão comunitário e três igrejas, que incluem Assembleia de Deus, Igreja da paz e uma católica.

No mês de setembro, acontece as festividades da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Guia, onde fiéis vão agradecer pelas bençãos alcançadas, outras comunidades como Tiningú, Açaizal, Murumurutuba, Amparador e Nova Vista do Ituqui também participam do momento de ce-

² O Ensino Modular visa garantir o acesso à educação básica e isonomia nos direitos, assegurando a ampliação do nível de escolaridade e a permanência dos alunos em suas comunidades, considerando as peculiaridades e diversidades encontradas no campo, águas, florestas e aldeias do Estado do Pará (Art. 2o da Lei Estadual No 7.806/14).

lebração. Durante as festividades ocorre o levantamento do mastro, as novenas, a celebração da missa, o leilão e se encerra com a derrubada do mastro e a distribuição das frutas para os comunitários.

A comunidade é marcada por uma forte rede de solidariedade, onde as pessoas se reúnem e se apoiam em prol de uma causa, principalmente quando alguém precisa de ajuda por motivo de doença, a mobilização se dá por meio de arrecadação de alimentos, torneios de futebol, venda de bingos etc.

Na perspectiva de parceria e solidariedade, em 2011 foi criado o grupo de mulheres denominado “Guerreiras do quilombo”, que reunia mais ou menos umas 20 mulheres e se constituiu com o objetivo de fortalecer laços, promover troca de conhecimentos e incentivar o empoderamento da mulher negra tanto na comunidade, como fora dela.

3.2 Coleta de dados

Este estudo foi realizado na comunidade quilombola Murumuru, Santarém, Pará, e teve como sujeitos o grupo de mulheres Guerreiras do Quilombo, que participaram da pesquisa de forma voluntária. É importante ressaltar que a escolha do grupo se deu principalmente por conta do contato que desenvolvemos durante a minha jornada como graduanda, por meio de pesquisas e extensão, as guerreiras fazem questão de apoiar os alunos da comunidade e gostam de participar de atividades onde possam aprender algo novo para e utilizar no dia a dia.

A coleta de dados se deu por meio de um questionário, com perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, dividido em dois tópicos: perfil socioeconômico e saúde e alimentação. O questionário é um instrumento de coleta de dados composto por perguntas descritivas (perfil socioeconômico, que inclui renda, idade, escolaridade, profissão etc), comportamentais (padrões de consumo, de comportamento social, econômico e pessoal, entre outros) e preferenciais (opinião e/ou avaliação de alguma condição/circunstância) (ZANELLA, 2013).

Além da aplicação do questionário, foi realizada a técnica de observação não estruturada, que, para Zanella (2013) é uma técnica que utiliza os sentidos para obter informações da realidade, sendo também denominada de assistemática, espontânea, livre, ocasional e acidental, ou seja, o pesquisador não possui um planejamento previamente elaborado, ela acontece de maneira ocasional.

O grupo Guerreiras do quilombo é composto por 30 mulheres, porém, apenas 28 responderam ao questionário, na ocasião, as outras duas não se encontravam na comunidade, sendo inviável a aplicação do instrumento. A abordagem para coleta se deu nas suas respectivas residências, sendo que para identificar as participantes, uma das representantes disponibilizou uma lista com os nomes de cada uma delas.

Vale ressaltar, que antes da ida a campo para a coleta das informações, foi feito o pré-teste do questionário com 05 mulheres da comunidade, com a finalidade de identificar possíveis problemas no que diz respeito ao entendimento das perguntas e das respostas, permitindo assim, que este fosse revisado e adequado.

Foram incluídas neste estudo mulheres maiores de 18 anos residentes em Murumuru e participantes do grupo Guerreiras do Quilombo. Não se coletou dados com crianças e adolescentes, mulheres que não moram na comunidade, que não participam do já referido grupo, e pessoas com transtornos, doenças mentais ou em situação de substancial de diminuição em sua capacidade de decisão.

Seguindo a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Nº 510, de 07 de abril de 2016 que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes ou de informações identificáveis que possam causar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, o projeto foi vinculado à pesquisa “Fortalecimento do feminismo e da agroecologia em uma comunidade quilombola em Santarém, Pará”, CAAE: 57409122.0.0000.0171/CEP UFOPA.

Com o objetivo de garantir o respeito aos direitos que constam na resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012 quanto aos aspectos éticos, a coleta das informações foi realizada após a assinatura da carta de anuência da ARQMU (Anexo A) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A).

No que diz respeito às participantes analfabetas, o TCLE foi lido na frente de uma testemunha imparcial sem qualquer envolvimento direto com a pesquisa, essa pessoa assinou o termo certificando que todas as informações foram dadas à voluntária e que as perguntas feitas por ela foram esclarecidas pela pesquisadora, além disso, a voluntária colocou a impressão datiloscópica no documento.

Vale ressaltar, que o projeto foi apresentado para a FOQS e para a ARQMU em plenária, para que pudessem conhecer os objetivos, a metodologia, a importância do estudo, e dessa forma emitir a declaração de anuência para a realização da coleta de dados. Esse procedimento é necessário em razão do protocolo de consulta prévia que as comunidades quilombolas utilizam como meio de proteção dos seus territórios.

3.2.1 Análise de dados

Para a organização e tabulação dos dados, os resultados foram organizados em tabelas, utilizando o programa Microsoft Excel. As informações foram analisadas quantitativamente por meio

de estatística descritiva: frequência absoluta (número total de citações), relativa (porcentagem dessas citações) e média.

Para a descrição dos resultados foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, que segundo Carlomagno e Rocha (2016) possui o objetivo de classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos.

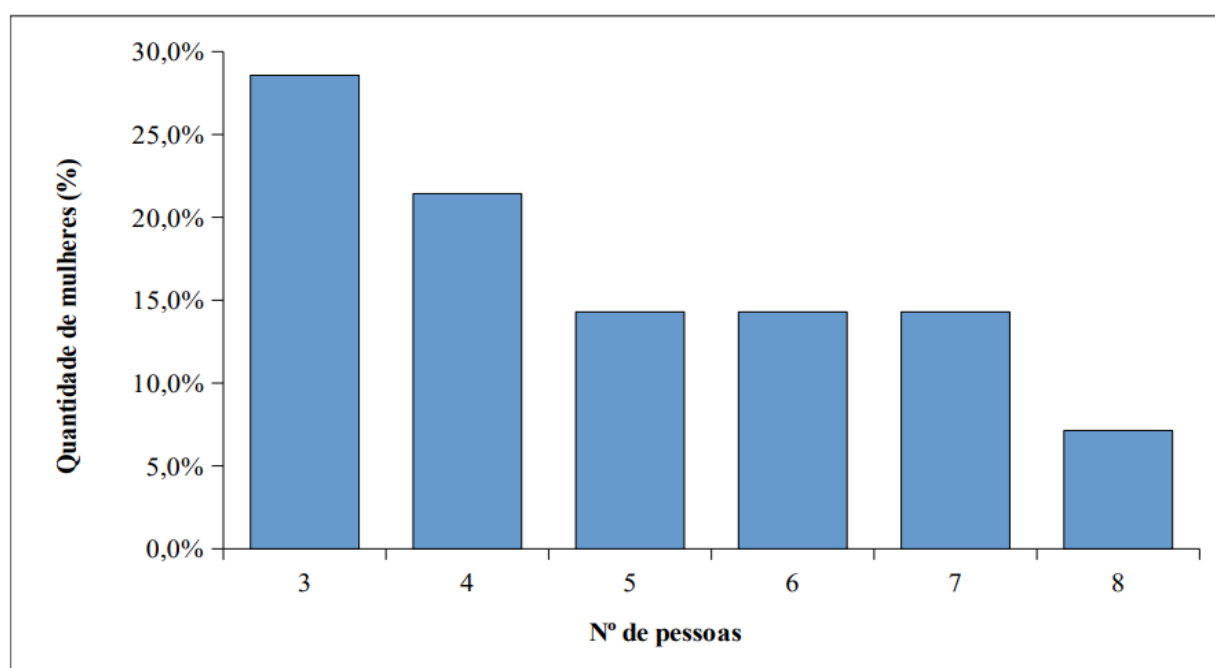
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As integrantes do grupo Guerreiras do quilombo possuem idade entre 20 e 74 anos, elas desenvolvem várias atividades, principalmente aquelas de incentivo à renda, como produção de artesanatos, vendas de comidas típicas, plantação de horta, entre outras.

Das mulheres que participaram deste estudo, 46% vivem em união estável; 29% são casadas; 14% solteiras e 11% viúvas. Todas relataram que tiveram filhos, sendo que das 28 mulheres, 13 possui de um a três filhos, seis delas tiveram de quatro a cinco filhos, três informaram que tiveram oito filhos, uma informou que teve 10 filhos e uma disse que teve 20 filhos. Observou-se que são elas que cuidam dos filhos e da casa, estas, em sua maioria são construídas de alvenaria, possuindo quintais amplos com árvores frutíferas e plantas ornamentais.

No que diz respeito ao número de residentes nos domicílios a maioria (29%), relatou ter três pessoas morando na casa, vale destacar também, que 21% informaram que moram quatro indivíduos em seus lares (Figura 3).

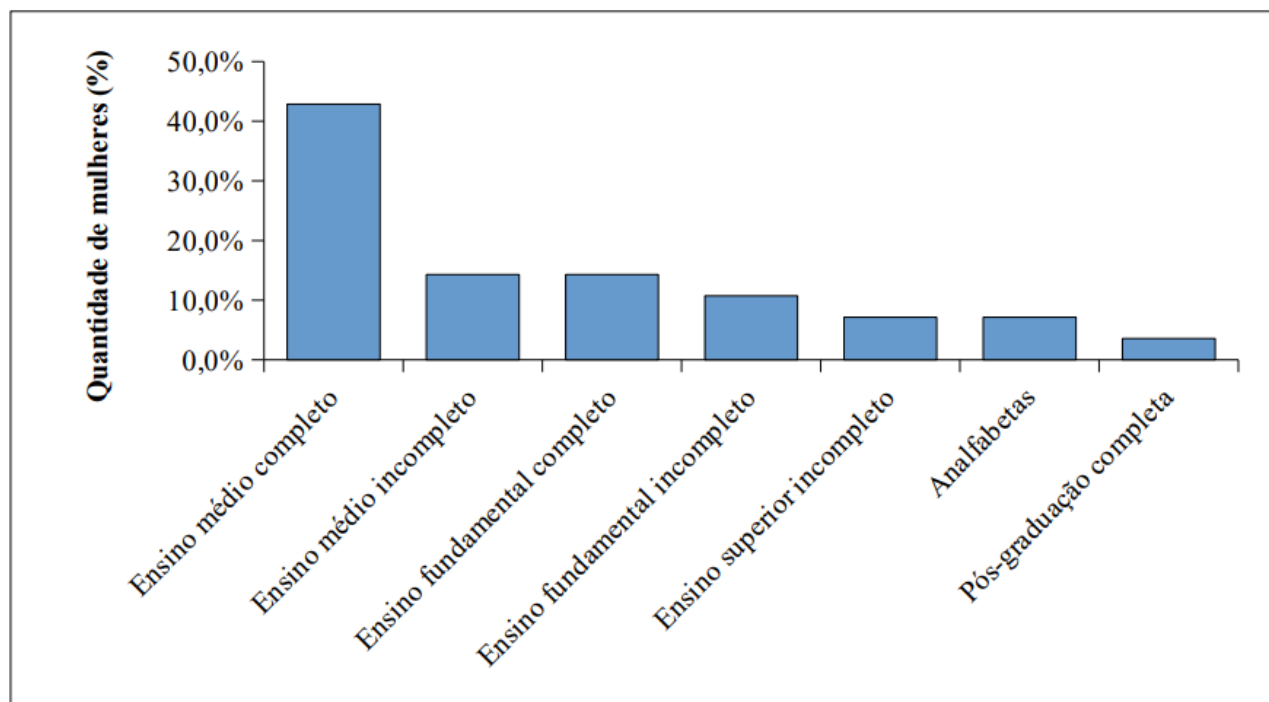
Figura 3 – Quantidade de pessoas que residem nas casas das mulheres que participaram da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Apesar dos afazeres domésticos e das intempéries do dia a dia, as guerreiras do quilombo se reúnem com grupos de mulheres de outras comunidades quilombolas para o fortalecimento das vivências e troca de experiências, salienta-se inclusive, que algumas delas fazem curso superior por meio do Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ) da UFOPA, para a comunidade isso é motivo de orgulho. Quanto ao nível de escolaridade dessas mulheres, é possível observar que 43% possuem ensino médio completo e apenas uma conseguiu obter um diploma universitário (Figura 4).

Figura 4 – Nível de escolaridade das mulheres que participaram da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Mesmo que 43% tenham concluído o ensino médio, que é uma etapa essencial para o acesso às universidades e ao mercado de trabalho, outras 46% não o terminaram.

Um estudo realizado por Dias et al. (2020) com mulheres quilombolas no Baixo Tocantins-PA, mostrou que dentre as questões responsáveis pela pouca escolaridade destacam-se as grandes distâncias entre as casas e as escolas, a necessidade de trabalhar cedo nas atividades de cunho doméstico, na roça, e a falta de motivação.

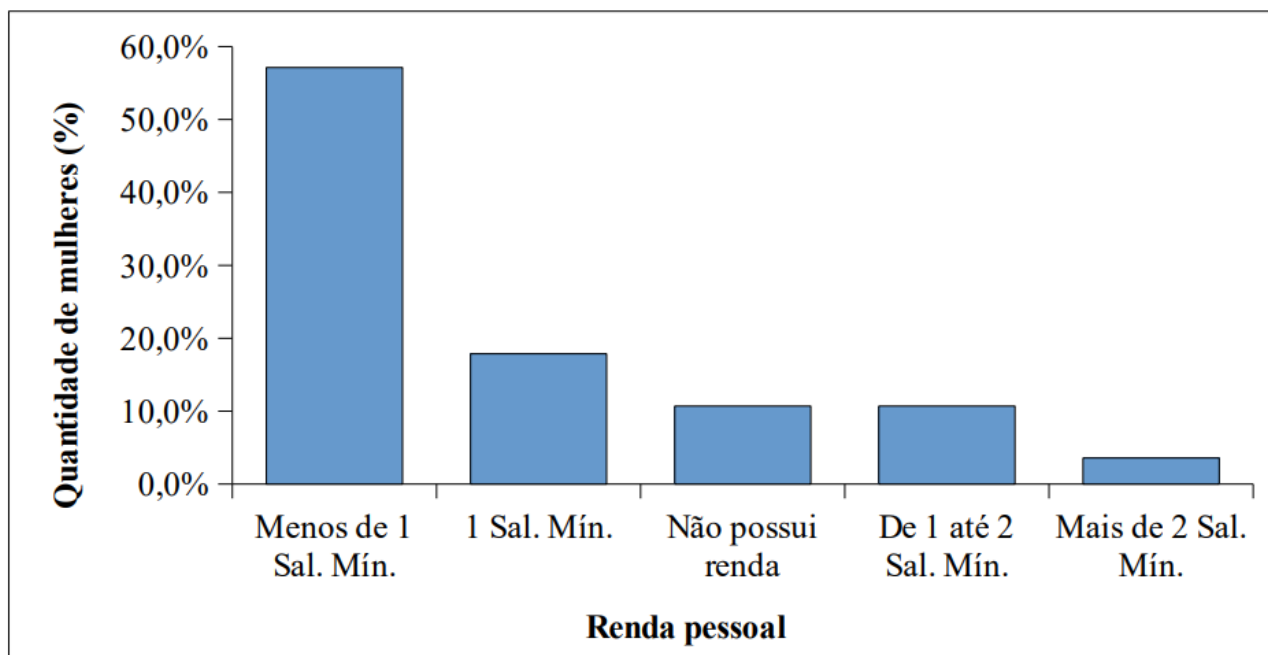
Para Bonadia (2008) a educação é um incentivo para o aumento da renda, já que quanto maior o nível de escolaridade maiores são as oportunidades de conseguir empregos reconhecidos monetariamente.

Lins, et al. (2013) demonstrou em um estudo feito com mulheres de Campos Elíseos - Duque de Caxias, RJ, que um nível de escolaridade maior causa impacto na prevenção do excesso de peso e nas escolhas de alimentos, mesmo sendo uma população de baixa renda. Dessa maneira,

nota-se que a educação influencia no poder de compra, que por sua vez, é necessário para garantir a SAN.

Em se tratando de renda, 57% das participantes possuem renda pessoal de menos de um salário mínimo (Figura 5). Em 2022 o salário correspondia ao valor de R\$ 1.212 (mil duzentos e doze reais), em 2023 a MPV N° 1.143, de 12 de dezembro de 2022 definiu que o valor a partir de 1º de janeiro de 2023 será de R\$ 1.302,00 (mil trezentos e dois reais).

Figura 5 – Renda monetária pessoal das mulheres que participaram da pesquisa.

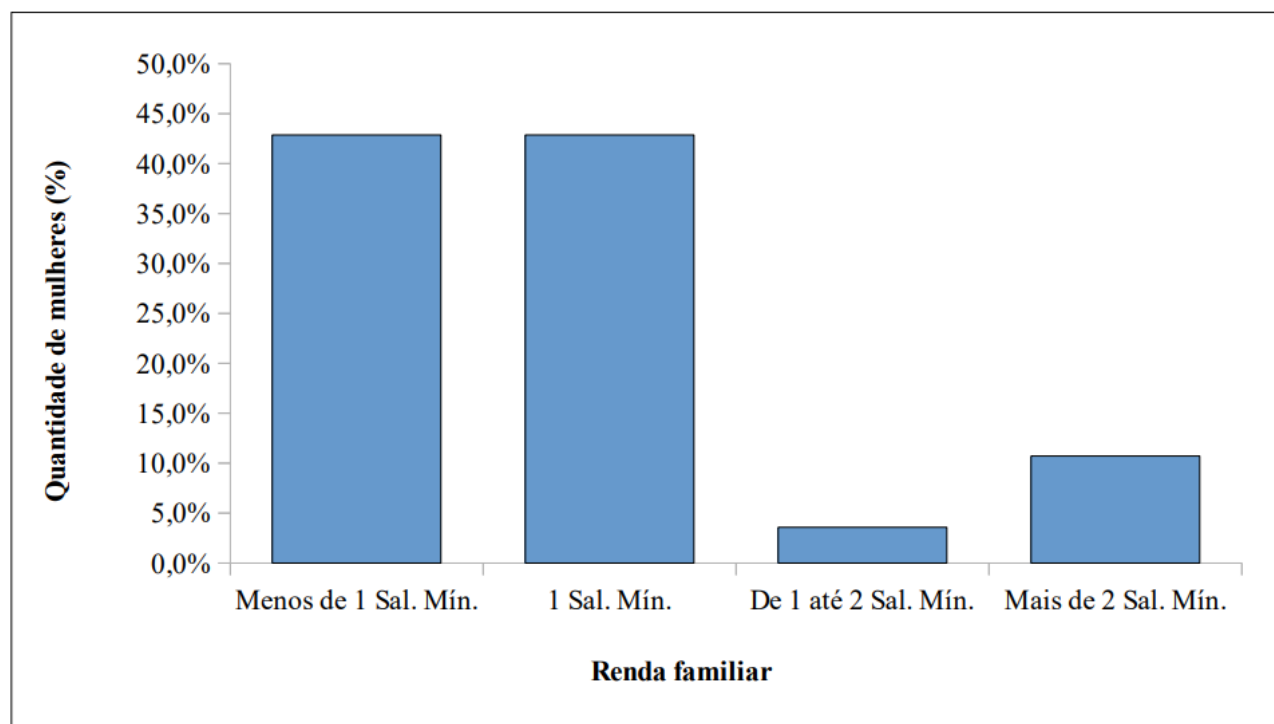


Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

De acordo com Marin-Leon et al. (2011) domicílios com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ sal. mín. apresentam maior prevalência de InSAN, sendo maior se chefiados por pessoas do sexo feminino, mesmo que a desigualdade de renda seja o fator que mais preponderante na determinação da restrição alimentar, a baixa escolaridade, a cor negra, residir em área urbana e ter família numerosa, contribuem para o não acesso à SAN.

Com relação a renda familiar, 43% das participantes da pesquisa, informaram que possuem renda familiar (soma do ganho de todos) inferior à um salário-mínimo (Figura 6). Este mesmo percentual de mulheres relatou que suas famílias possuem renda de um salário-mínimo mensal. Para Maluf, Menezes e Marques (2000), as atividades agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais é a fonte de renda e de alimentos mais importante, elas possibilitam a criação de oportunidades de trabalho, a apropriação de renda e a ampliação da oferta de alimentos.

Figura 6 – Renda monetária familiar das mulheres que participaram da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Dentre as fontes de renda familiar, 86% das participantes da pesquisa, informaram que possuem renda proveniente de programas de Transferência de Renda (TCR); 43% relataram que é oriunda de trabalhos informais (bicos); 21% que obtém por meio da pesca artesanal; 14% da agricultura; 10% de trabalho formal (contrato ou carteira assinada); e 4% de artesanato. Ressalta-se que as participantes marcaram mais de uma opção de resposta.

De acordo com Burlandy (2007) os programas TCR são políticas de proteção social e combate à pobreza implementados em vários países, sendo destinados para famílias em que sua condição nutricional é impactada por fatores como a dificuldade de acesso e consumo de alimentos em quantidade e qualidade suficiente para promover a SAN. No caso das participantes, a maioria recebia o auxílio Brasil.

Segundo Maluf, Menezes e Marques (2000) grande parte das fontes de renda que compõem a reprodução das famílias rurais, apesar de contribuir com quem possui condições e recursos para desenvolvê-la, se constituem como ocupações de baixa remuneração.

Schappo (2021) afirma a pandemia chegou ao Brasil em um momento de crescimento do trabalho precário e informal, afetando necessidades básicas como a saúde e alimentação, especialmente daqueles que já se encontravam com os direitos básicos violados.

No que tange à alimentação, 79% das participantes da pesquisa, relataram que se alimentam de três a quatro vezes ao dia; 14% de uma a duas vezes e 07% cinco vezes ou mais.

Observando a frequência com que se alimentam, supõe-se que essas mulheres não possuem dificuldades de acesso aos alimentos e, portanto, não vivem com InSAN. A tabela 1 apresenta quais refeições essas mulheres fazem por dia.

Tabela 1: Refeições realizadas diariamente pelas mulheres que participaram da pesquisa.

Tipos de refeição por dia	% de entrevistadas
Café da manhã	100%
Lanche da manhã	36%
Almoço	100%
Lanche da tarde	71%
Jantar	96%
Lanche noturno	25%

Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Pode-se observar que a maioria das participantes deste estudo fazem mínimo quatro refeições por dia (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar).

Um fato observado em Murumuru foi a prática de troca de alimentos entre as mulheres e de parcerias para sua produção. No momento da visita para a coleta de dados, algumas das integrantes do grupo guerreiras do quilombo estavam reunidas fazendo doce de manga para o próprio consumo, geralmente essas reuniões são regadas de uma boa conversa e muito aprendizado.

De Souza (2009) afirma que os hábitos alimentares nas comunidades quilombolas são carregados de símbolos que sobrevivem quando praticados de forma coletiva, além disso, a solidariedade e reciprocidade entre as pessoas são fatores que ajudam na preservação da cultura de um povo.

Quanto a água utilizada para consumo, a maioria (93%) relatou que é proveniente do micro-sistema comunitário, as outras 07% utilizam de poço artesiano. Além disso, 54% disseram que essa água é desinfetada antes de ser consumida, dentre os procedimentos realizados para a desinfecção, 46% adicionam cloro; 04% hipoclorito; e 04% a fervem.

Sabe-se que a disponibilidade de água potável³ para a população é uma questão de saúde pública e deve ser garantida para evitar contaminação e transmissão de doenças causadas por ingestão de água contaminada. Ademais, a água livre de micro-organismos patogênicos é essencial para se alcançar a SAN já que é necessária para o cultivo e preparação dos alimentos consumidos no âmbito familiar.

³ Água para consumo humano cujos parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça riscos à saúde (BRASIL, 2004).

No contexto da pandemia de Covid-19, 39% das mulheres que participaram desta pesquisa, afirmaram ter enfrentado dificuldades de acesso à alimentação, para amenizar a situação tiveram que criar estratégias para que não faltassem alimentos em seus lares. Com relação a essas estratégias, 18% regraram a alimentação, ou seja, diminuíram a quantidade consumida por dia; 14% recorreram à plantação de verduras, criação de animais como galinha caipira e porco, pescaria, produção de alimentos como a farinha e extração de polpas de frutas; produção de artesanatos e cortes de cabelos para ajudar na compra dos alimentos; e 07% receberam doações de alimentos da família.

Schall et al. (2022) asseveram que as mulheres negras foram as mais atingidas pela insegurança alimentar, onde, o acesso aos alimentos foi prejudicado, principalmente por conta da diminuição de renda e pelo aumento dos valores dos alimentos, evidenciando a permanência histórica de invisibilização e subalternização imposta pela sociedade.

Quando indagadas se no período de distanciamento social elas tiveram a alimentação afetada, 32% responderam que sim, das quais 19% falaram que a quantidade que cada componente familiar comia foi diminuída, ou que algumas vezes deixavam de jantar para regrar os alimentos e faziam um lanche antes de dormir; 04% referiram que os alimentos ficaram “caros demais”; e 11% disseram que quase não havia comércios abertos para comprá-los e então a comida era regrada.

Fazendo um adendo, é interessante observar que nem todas as mulheres que tiveram dificuldades de acesso à alimentação foram prejudicadas com a falta dela ou deixaram de fazer suas refeições, o que indica que as medidas tomadas para não deixar faltar os alimentos, foram eficazes. Ressalta-se que atualmente nenhuma mulher possui dificuldades com relação a esses problemas.

Visando fortalecer a SAN nas comunidades quilombolas de Santarém no período da pandemia, a prefeitura e a Fundação Cultural Palmares em parceria do Ministério da Cidadania, entregaram 2.748 cestas de alimentos em novembro de 2022. Em Murumuru, 82% das mulheres receberam a cesta básica que continha os seguintes alimentos: sardinhas enlatadas, óleo de soja, farinha de milho, arroz, feijão, macarrão, farinha de mandioca e leite em pó.

Para Schappo (2021), oferecer cestas básicas com alimentos processados ou ultraprocessados, não garante a SAN e o DHAA, para isto torna-se necessário incentivar a produção e o acesso aos alimentos de forma justa devendo-se considerar sobretudo, uma economia que tenha preferência pelo ser humano e não pelo lucro.

Com relação aos alimentos mais consumidos durante o período de distanciamento social, observa-se que a maioria consumiu respectivamente: peixes, frutas frescas, ovos, aves e bebidas adoçadas ou saborizadas (Tabela 2). Nota-se também que metade das participantes comeram alimentos em conserva.

Tabela 2: Alimentos mais consumidos durante a pandemia da Covid-19 pelas mulheres que participaram da pesquisa.

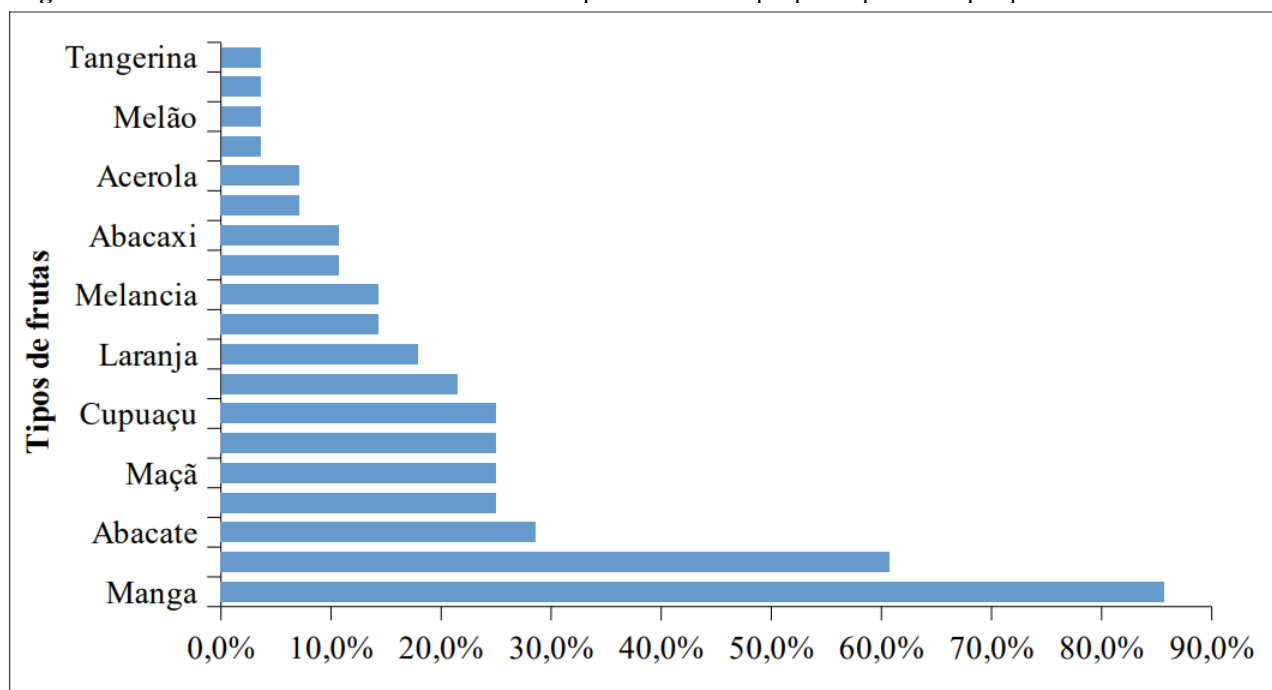
Produtos Alimentícios	% de entrevistadas
Peixes	96%
Frutas frescas	93%
Ovos	82%
Aves (frango, peru, pato, etc).	79%
Bebidas adoçadas ou saborizadas	54%
Alimentos em conserva	50%
Macarrão instantâneo ou salgadinhos de pacote	25%
Carnes (bovino, suíno, etc)	25%
Biscoito recheado, doces e/ou guloseimas	18%
Grãos (feijão com arroz)	4%

Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Algumas participantes disseram que consumiram carnes de caça nesse período, pois era uma alternativa para evitar que suas famílias ficassem sem comida. O alto consumo de peixes se deve ao fato de a comunidade ficar às margens de rios e lagos, além disso, a pesca contribui para a subsistência das famílias. Em seu estudo, Silva et al. (2020) revela que na várzea amazônica a frequência do consumo do peixe em todos os dias foi indicado por 60% das famílias, o peixe possui boa fonte de proteína e gordura animal, proporciona uma alimentação mais saudável e também contribui para a renda das famílias ribeirinhas.

Murumuru é uma comunidade que possui muitas árvores frutíferas, tanto ao longo da estrada quanto nos quintais das residências, o que permite com que tenha uma grande variedade de frutas, 96% das participantes deste trabalho consomem algum tipo de fruta. Dentre todas citadas, destaca-se que 86% das mulheres consomem manga (*Mangifera indica*); 61% banana (*Musa spp.*); 28,6% abacate (*Persea americana* Mill.); e 25% açaí (*Euterpe oleracea*) (Figura 7). O consumo de frutas na comunidade está muito ligado ao período da safra de cada uma, atualmente a manga e o abacate são as mais comuns, de julho a agosto por exemplo, o açaí é o que mais predomina.

Figura 7 – Frutas listadas como as mais consumidas pelas mulheres que participaram da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Com relação aos ovos e aves, segundo dados desta pesquisa, 75% possuem criação de galinhas e/ou patos, esse fato também foi dito como uma das estratégias para minimizar questões relacionadas com a falta de alimentos no período dos “toques de recolher”.

Os alimentos em conservas como sardinhas, almôndegas, carne bovina etc; podem ser práticos, de fácil preparo, saborosos e duráveis. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira os processados são produtos relativamente simples, fabricados com a adição de sal ou açúcar, leveduras, óleo, vinagre ou outras substâncias de uso culinário.

Os processados e ultraprocessados estão se tornando populares por conta de diversos fatores que contribuem para a escolha desses produtos, dentre os quais se destacam: o crescimento do setor, conveniência, preço acessível e praticidade (PINTO; COSTA, 2021). Para um melhor entendimento sobre esses produtos, o quadro 2 demonstra de forma resumida a classificação dos alimentos.

Quadro 2 - Classificação atual dos alimentos

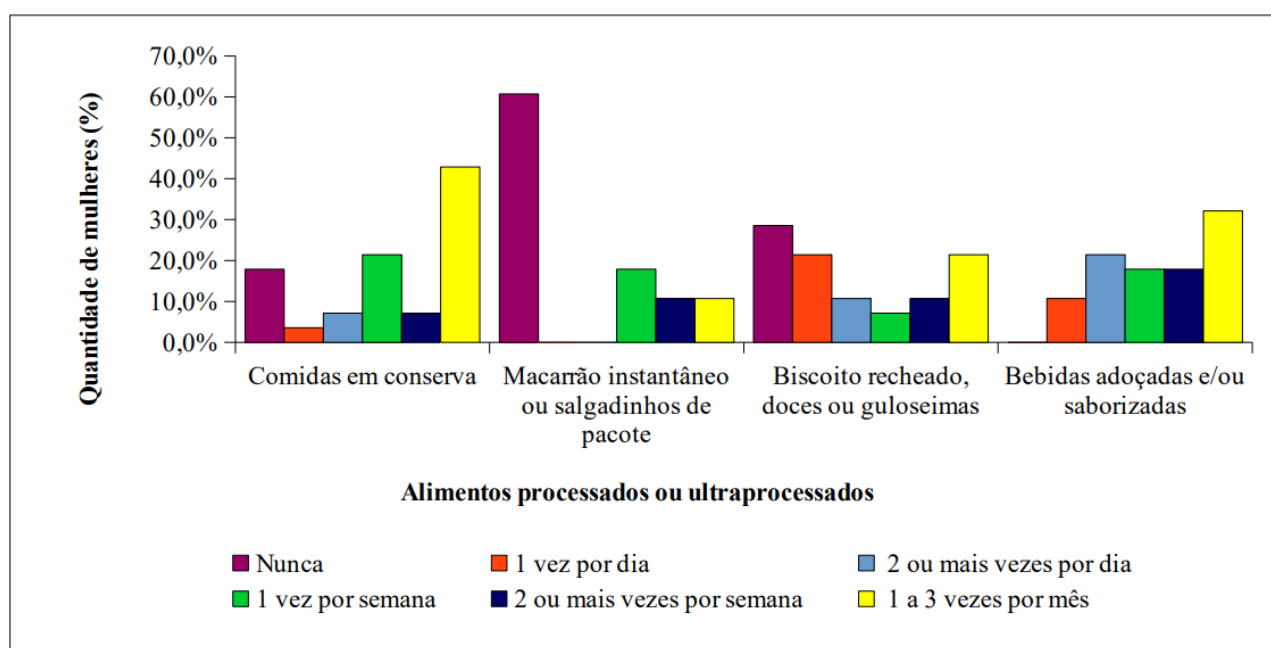
Classificação dos alimentos	Exemplos
In Natura - partes comestíveis de plantas, animais e algas,	Vegetais, frutas e legumes.
Minimamente processados - alimentos que passaram apenas pelo processo de retirada de partes não comestíveis.	Macarrão, farinha de trigo, farinhas de mandioca, grãos, ervas, carnes, oleaginosas, ovos, chá, café etc.

Ingredientes culinários processados - substâncias derivadas de alimentos que passaram por processos como prensagem, refinação, moagem e secagem.	Óleos, manteiga, açúcar e sal, que resultam em sopas, caldos, saladas, pães, conservas, bebidas, sobremesas etc.
Processados - alimentos que possuem um, dois ou três ingredientes em sua formulação, modificando o sabor, textura e aumentando seu tempo de prateleira.	Conservas de legumes, hortaliças; castanhas e amendoins com sal; frutas em calda; peixes enlatados; pães e queijos etc.
Ultraprocessados - alimentos compostos por cinco ou mais ingredientes formulados essencialmente pela indústria alimentícia.	Biscoitos, balas e guloseimas, macarrão e temperos ‘instantâneos’, salgadinhos “de pacote”, refrescos e refrigerantes, iogurtes, bebidas lácteas adoçados e aromatizados, etc.

Fonte: Adaptado de Pinto e Costa (2021).

Em se tratando desses alimentos e dos ultraprocessados, definidos pelo Guia Alimentar citado anteriormente como formulações criadas pela indústria com adição de constituintes alimentícios provenientes de gorduras hidrogenadas e amido modificado, sintetizadas em laboratórios. A figura 8 demonstra a frequência com que são consumidos pelas participantes da pesquisa.

Figura 8 – Frequência de consumo de produtos alimentícios processados e ultraprocessados pelas mulheres que participaram da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Destaca-se que 43% consomem comidas em conserva de uma a três vezes por mês e 21% consomem uma vez por semana; a maioria (61) nunca consomem macarrão instantâneo ou salgadinhos de pacote; 18% consomem uma vez por semana e 11% consomem duas ou mais vezes por semana.

Quanto aos biscoitos recheados, doces e/ou guloseimas, 29% nunca consomem; 21% consomem uma vez por dia; 11% informaram que consomem duas ou mais vezes por dia; 32% consomem bebidas adoçadas e/ou saborizadas de uma a três vezes por mês; 21% informaram que consomem duas ou mais vezes por dia e 17,9% que consomem duas ou mais vezes por semana.

A quantidade elevada de sal ou açúcar transformam o alimento original em fonte de nutrientes os quais o consumo excessivo é associado a algumas doenças crônicas. Os ultraprocessados são os que mais possuem risco para a saúde, já que são fabricados com gorduras resistentes à oxidação, podem causar a obstrução das artérias, favorecem o aparecimento de doenças do coração, obesidade, diabetes, câncer, e ainda contribuem para o aumento do risco de deficiências nutricionais (BRASIL, 2014). Além disso, o consumo desses alimentos aumentam o risco do surgimento de doenças do aparelho gastrointestinal, como a síndrome de intestino irritável, constipação, diarreia e dispepsia (PINTO; COSTA, 2021).

Nesse contexto, quando questionadas se já teriam recebido algum diagnóstico das doenças disposta na tabela 3, a maioria respondeu que não. Todavia, houve relatos de ocorrência de diabetes, anemia, colesterol alto, hipertensão, depressão e triglicerídeos alto.

Tabela 3: Doenças diagnosticadas que foram informadas pelas mulheres que participaram da pesquisa.

Doenças Diagnosticadas	% de entrevistadas
Não receberem diagnóstico	64%
Diabetes	21%
Anemia	18%
Colesterol alto	14%
Hipertensão	11%
Depressão	7%
Triglicerídeos alto	7%

Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

As doenças crônicas como a diabetes, são de importância mundial, e não se restringem à população negra, no entanto, são as mais afetadas por conta das desigualdades socioeconômicas que as impedem de viver com dignidade, geralmente as mulheres negras são as mais acometidas por essas enfermidades, seja por conta das atividades exaustivas que assumem em suas casas, da desvalori-

zação do trabalho, do racismo ou outros tantos problemas que acabam afetando a SAN e fragilizando o corpo (DE SOUSA, 2021).

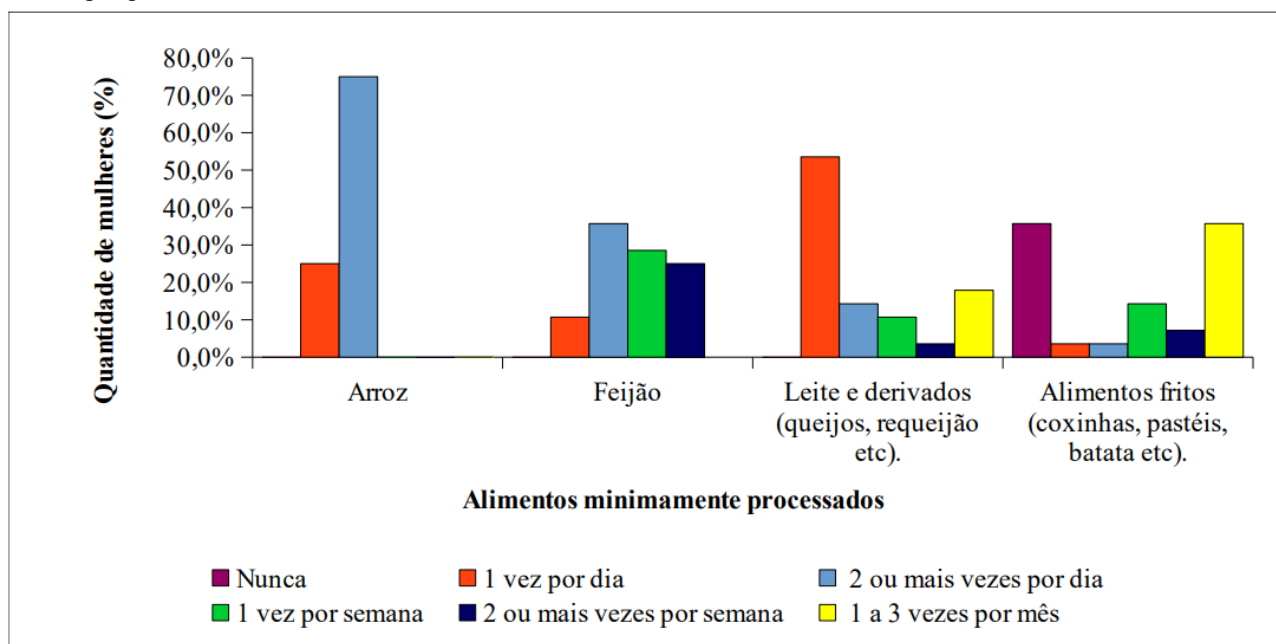
Figueiredo et al. (2011) estudando sobre a comunidade quilombola Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, constatou que havia uma grande prevalência de hipertensão na comunidade e que este fato poderia estar relacionado com a pouca frequência de exercícios físicos. Em suma, apesar de algumas doenças crônicas estarem relacionadas com a falta de atividades físicas, todas as que foram citadas estão ligadas com a InSAN, também relacionada com a “má” alimentação, que neste caso surge por meio do consumo de alimentos prejudiciais à saúde.

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, os ultraprocessados são nutricionalmente desbalanceados, suas características como o excesso de calorias e suas formas de produção, distribuição, comercialização e consumo possuem um grande impacto sobre a cultura, a vida social e o meio ambiente, além disso, em comparação com os processados, são muito consumidos a no dia a dia e tendem a limitar a ingestão de alimentos in natura e dos minimamente processados (BRASIL, 2014).

Além disso, Louzada et al. (2015), afirmam que o perfil nutricional desfavorável dos alimentos ultraprocessados possuem um impacto extremamente negativo na qualidade da alimentação da população brasileira, especialmente por aumentar a densidade energética da dieta, elevando os teores de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans e por diminuir os teores de fibras e de potássio.

Quanto a frequência de consumo de alimentos minimamente processados, observa-se que o arroz está presente na alimentação de todas as participantes, no qual a maioria (75%) referiram que o ingerem entre duas ou mais vezes por dia; 36% informaram que consomem feijão duas ou mais vezes por semana. Destaca-se que 54% informaram que consomem leite e derivados uma vez por dia; 36% disseram que nunca se alimentam com frituras, 36% relataram que consomem fritura de uma a três vezes por mês e 14% uma vez por semana (Figura 9).

Figura 9 – Frequência de consumo de produtos alimentícios minimamente processados pelas mulheres que participaram da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

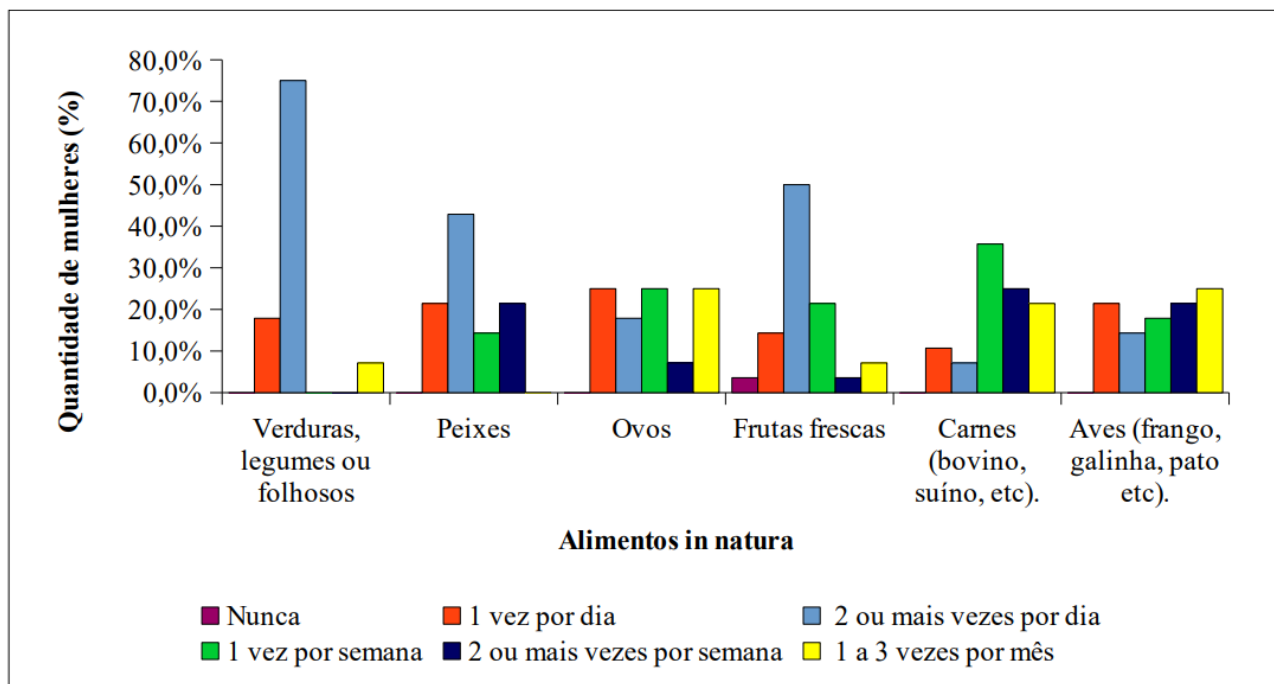
Alimentos minimamente processados são aqueles in natura que foram submetidos a processos mínimos de limpeza, remoção das partes não comestíveis, secagem, embalagem, pasteurização, resfriamento, congelamento, moagem e fermentação para o aumento da sua durabilidade, sem adição de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias (BRASIL, 2014).

O arroz e feijão são responsáveis por 22,9% da energia consumida ao longo do dia pelos brasileiros, outros alimentos in natura ou minimamente processados, contribuem pelo menos com 5,0% do total diário de energia (LOUZADA et al., 2015). Nota-se que esses alimentos são bastante consumidos pelas mulheres, especialmente devido ao fato de estarem presentes nas principais refeições, como no almoço e jantar, pois são indispensáveis para uma alimentação balanceada e saborosa.

No que tange aos alimentos in natura que são todos aqueles obtidos diretamente das plantas ou animais e não passam por qualquer processo de alteração após ser retirado da natureza, cabe ressaltar que é por conta da rápida deterioração que eles acabam sendo minimamente processados (BRASIL, 2014).

A maioria das mulheres que participaram da pesquisa (75%) relataram que consomem verduras, legumes ou folhosos em duas ou mais vezes por dia; 43% que se alimentam com peixes em duas ou mais vezes por dia; 25% que consomem ovos uma vez ao dia (Figura 10).

Figura 10 – Frequência de consumo de produtos alimentícios in natura pelas mulheres que participaram da pesquisa.



Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa (2023).

Com relação a frutas frescas, a metade das mulheres que foram entrevistadas (50%) relataram que ingerem duas ou mais vezes por dia; 36% informaram que consomem carnes em uma vez por semana. Destaca-se que 25% destacaram que consomem aves de uma a três vezes por mês.

Silva et al. (2008) atestam que a base da alimentação dos quilombolas de Santarém é peixe, farinha de mandioca e frutas, as aves são servidas em ocasiões especiais, já a carne bovina é servida raramente, porém, a carne de caça é uma opção para a alimentação. De acordo com Louzada et al. (2015), as carnes, aves, raízes e tubérculos, café, chá, peixes, verduras, legumes e ovos possuem menor contribuição energética diária na alimentação dos brasileiros, se comparados com os alimentos minimamente processados como arroz e feijão.

Corrêa e Silva (2021) observaram através de um estudo realizado em duas comunidades quilombolas no Pará, que em ambas, as fontes proteicas estavam em torno da carne vermelha (proveniente em sua maior parte de animais silvestres); do pescado; e de outras opções como charque, frango e ovos de galinha.

Na comunidade o alto consumo de verduras ou folhosos se deve à produção dessas mulheres. A maioria delas (71%) relatou que possuem cultivo de hortaliças em canteiros localizados nos quintais de suas casas, geralmente a plantação é para consumo próprio. Além disso, 25% das participantes da pesquisa informaram que ganham esses produtos, das quais, dessas, 18% destacaram que recebem de vizinhos e 07% de seus familiares. E quando compram esse tipo de produto, 68%

das participantes informaram que adquire com vendedor ambulante que comercializa na própria comunidade, 07% informaram que compram na feira ou no mercado.

O cultivo de hortaliças, de frutas, de raízes, legumes e outros alimentos é uma importante ferramenta para impedir a InSAN nas comunidades, principalmente de zona rural, como em Murumuru; a troca e até mesmo a doação de alimentos para os vizinhos é cultural e demonstra solidariedade entre as famílias.

Quanto aos alimentos que são mais cultivados pela família das mulheres que participaram da pesquisa, a maioria (68 %) informou que cultivam frutas; 46% verduras; 25% cheiro verde; e 14% informaram que plantam tomate. Além desses, a mandioca (*Manihot esculenta Crantz.*), o milho (*Zea mays*), açaí (*Euterpe oleracea Mart.*) e macaxeira (*Manihot esculenta*), também foram produtos relatados. Durante o trabalho de campo, observou-se que na maioria dos quintais possuíam árvores frutíferas como a mangueira, murucizeiro (*Agropedia brasilis*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*) e açaizeiro.

Como observação, as verduras, para algumas mulheres são produtos como alface (*Lactuca sativa*), cebolinha (*Allium schoenoprasum*), coentro (*Coriandrum sativum*), alfavaca (*Ocimum basilicum*), chicória (*Eryngium foetidum L.*) etc; para outras são chamados de cheiro verde que se resumem em cebolinha, coentro e chicória. Outra coisa, é que o tomate (*Solanum lycopersicum*) apesar de ser um fruto, para elas é considerado um legume, é importante ressaltar que todas as produções de alimentos são cultivadas sem o uso de agrotóxicos, podendo ser considerada uma produção orgânica ou agroecológica.

Por fim, um estudo desenvolvido por Dias et al. (2020) direcionado para o protagonismo de mulheres quilombolas, mostrou que alimentos oriundos de quintais agroflorestais como frutas, tubérculos, aves, peixes, desempenham um papel importante nas suas refeições, complementam a renda familiar por meio da comercialização e contribuem para construção de uma resistência e autonomia feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando surgiu a oportunidade de estudar sobre segurança alimentar com as guerreiras do quilombo no âmbito da crise sanitária causada pelo Covid-19, senti que eu poderia contribuir com as comunidades quilombolas de Santarém, não somente com Murumuru, pois todas elas foram invisibilizadas pelo governo, assim como acredito que as muitas pelo Brasil também.

Já era sabido que o ex-presidente Jair Bolsonaro nunca deu nenhuma prioridade para as populações tradicionais, inclusive, ameaçando colocar em prática a tese do marco temporal que em suma, teriam direito às terras, comunidades que comprovadamente tinham sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou seja, impediria novas reivindicações de territórios. Territórios estes, que garantem alimentação para milhares de indígenas e quilombolas.

Este trabalho reafirmou que pandemia só escancarou o descaso com as comunidades quilombolas, as vulnerabilidades, o racismo e o preconceito com essa gente que apesar de tudo, permanece lutando por dias melhores, por respeito e igualdade. A exemplo disso, é a ausência de dados sobre a incidência de Covid-19 nos territórios quilombolas.

Quanto as mulheres participantes deste estudo, conclui-se que no período do distanciamento social para evitar propagação do vírus, muitas delas tiveram dificuldades de acesso aos alimentos para o seu sustento e de suas famílias. Tendo que criar estratégias como o racionamento da comida, em tempos em que comércios estavam fechados e do aumento dos valores de produtos alimentícios.

Recordo-me agora, do que uma das guerreiras me disse enquanto eu aplicava o questionário *“um dia eu fui na cidade pra comprar comida e não me deixaram entrar no supermercado porque não era dia do meu CPF, eu fiquei muito triste e voltei de lá quase chorando, mas ninguém podia fazer nada”*.

O uso da terra para cultivar os alimentos, a solidariedade, a grande disponibilidade de frutas na comunidade e a esperança por dias melhores foram essenciais para garantir que nenhuma de suas famílias passassem fome, mesmo tendo que sobreviver sob ameaças do agronegócio e de grandes empreendimentos, como a construção do porto no Maicá, que além de destruir o meio ambiente, traria grande impacto sobre a SAN das comunidades que dependem majoritariamente do rio para se alimentar.

Outro achado importante com base nos resultados obtidos, é que o consumo de alimentos processados e ultraprocessados se caracterizou como uma das alternativas que as mulheres encontraram para garantir sua alimentação durante a pandemia. Se formos comparar o período de distanciamento social com cenário o atual, considerando o fato de que a metade consumiu alimentos em conserva e mais da metade bebidas adoçadas e/ou saborizadas quando não podiam sair de suas ca-

sas; supõe-se que esse consumo parece ter diminuído se for levar em conta que atualmente menos da metade consome esses alimentos de uma a três vezes por mês.

O fato é que mesmo tendo dificuldades ou não para ter acesso aos alimentos, as participantes buscaram meios de garantir a sua alimentação mediante a crise. Isso demonstra que o protagonismo feminino para combater a InSAN frente as adversidades causadas tanto pela baixa renda quanto pela pandemia, demonstrou-se como essencial para a alimentação de suas famílias.

Ainda assim, torna-se necessário que políticas públicas de incentivo ao uso sustentável de terra para produção de alimentos sejam criadas e implementadas para combater a InSAN e promover a SAN, devendo-se considerar as condições de saúde, modo e estilo de vida bem como, as questões culturais da população feminina menos favorecida.

Ademais, a realidade das guerreiras do quilombo é de luta constante em busca de uma vida mais digna, do reconhecimento da sua importância e da independência financeira, são mulheres fortes, perseverantes e de muita sabedoria.

Por fim, abordar segurança alimentar de mulheres quilombolas no período da pandemia, foi um grande desafio que jamais deixará de ser necessário, pois, acredito que estas precisam ser ouvidas e vistas pelos “olhos” seletivos do poder público e da academia, uma vez que uma das dificuldades foi encontrar estudos relacionados ao tema, especialmente no âmbito do baixo amazonas.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i16.1362>>. Acesso em: 20 dezembro de 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Editora Letramento. Belo horizonte, MG, 2018.

BAENA, Talita Cristina Araújo; CHÊNE, Sérgio Gabriel Baena. **Mobilização, circulação e comunicação comunitária como estratégia de enfrentamento à pandemia da covid-19 em populações quilombolas do Pará**. In: CARVALHO, L. G. de; NASCIMENTO, R. M. C.; NASCIMENTO, V. B. do. Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia. p. 235 – 252. Belém – Pará: Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, 2021. Disponível em: <<https://malungu.org/wp-content/uploads/2021/11/Vulnerabilidade...-digital.pdf>>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

BERNARDES, Milena Serenini et al. (In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021. Disponível em: <<https://iajmh.emnuvens.com.br/iajmh/article/view/160/214>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 807 de 24 de abril de 1993. Institui O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=807&ano=1993&ato=9bdoXWE5ENFpWta84>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 1366 de 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/d1366.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 4.582 de 30 de janeiro de 2003. Regulamenta o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4582.htm>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

BRASIL. Medida Provisória Nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Medida Provisória Nº 1.039, de 18 de março de 2021. Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo, Brasília, DF 2021a.

BRASIL. Medida Provisória Nº 1.154 de 01 de janeiro de 2023. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo, Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Medida Provisória Nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2023. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder executivo, Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Lei Nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2021b.

BRASIL. Lei Nº 11.346, de 15 de julho de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria N.º 518, de 25 de março de 2004. Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua elaboração**. Brasília, DF, 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

BRASIL. Relatório das violações de direitos contra comunidades quilombolas, da comissão permanente dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais, de populações afetadas por grandes empreendimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários, do CNDH, entre os meses de julho a outubro de 2017. **Conselho Nacional dos Direitos Humanos**. 1º edição [versão eletrônica]. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília, DF, 2010. Disponível em:

<<https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Fome-Zero-uma-Historia-Brasileira-v1-1.pdf>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CNS 466 de 12 de dezembro de 2012. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e revoga as Resoluções CNS nos. 196/96, 303/2000 e 404/2008. **Conselho Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos comos participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução. **Conselho Nacional de Saúde**. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Departamento de Análise Econômica e Políticas Públicas. Secretaria de Política Agrícola. **Nota Técnica 42/20200/DAEP/SPA/MAPA sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira” do Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2ª edição de 2014**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/196015448-Nota-tecnica-no-42-2020-daep-spa-mapa.html>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/sausoc/v12n1/04.pdf>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

BONADIA, Paula Rocha. **A relação entre o nível de escolaridade e a renda no Brasil**. (Monografia) Faculdade de Economia e Administração, Ibmec São Paulo SP, 2008. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/bitstream/11224/1216/1/Paula%20Rocha%20Bonadia_trabalho.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

BURLANDY, Luciene. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1441-1451, 2007. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v12n6/v12n6a05.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF, Abrandh, 2010. Disponível em: <https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

CARLOMAGNO, Márcio C.; DA ROCHA, Leonardo Caetano. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

CORRÊA, Nádia Alinne; SILVA, Hilton P. Da Amazônia ao guia: os dilemas entre a alimentação quilombola e as recomendações do guia alimentar para a população brasileira. **Saúde e Sociedade [online]**, v. 30, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902021190276>>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

COSTA, Sabrina Santos da. et al. Percepção ambiental dos alunos do Ensino Fundamental I da Escola Municipal Afro-Amazônida da comunidade quilombola Murumuru, Santarém-PA. In AGUILERA, Jorge González; ZUFFO, Alan Mario. Enfoque interdisciplinar na educação ambiental [recurso eletrônico]. **Atena Editora**. Ponta Grossa, PR, 2019. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/14507>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

DA SILVA MACIEL, Erika et al. Insegurança alimentar em comunidades quilombolas: um estudo transversal. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021017-e021017, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8658888>>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

DA SILVA RODRIGUES, Ozaias. Pandemia e quilombos: os impactos da Covid-19 em dois quilombos amazonenses. **Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 5, 2022. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3850>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

DE SOUZA, Ariane Cristina Ferreira. **Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional da população negra: um resgate da cultura alimentar em comunidades quilombolas**. (Trabalho de Conclusão de Curso), Graduação em Nutrição da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/tcccomunidadeariane.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

DE SOUSA, Maria Eliane Alves. Direitos Humanos em tempos de pandemia: mulheres negras e a desvalorização social por gênero e raça. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 8, n. 2, p. 130-159, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.21910/rbsd.v8i2.464>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

DEUS, Zélia Amador de. In: CARVALHO, L. G. de; NASCIMENTO, R. M. C.; NASCIMENTO, V. B. do. **Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**, p. 09 –12. Belém – Pará: Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFGA, 2021. Disponível em: <<https://malungu.org/wp-content/uploads/2021/11/Vulnerabilidade...-digital.pdf>>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

DE PAULA CASEMIRO, Ítalo et al. Elaboração de cartilha educativa sobre segurança alimentar e nutricional para agricultores familiares. **Em Extensao**, v. 19, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/56217/30782/248655>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

DIAS, Odenira Corrêa et al. Quintais Agroflorestais Amazônicos: o protagonismo das mulheres quilombolas no Baixo Tocantins, PA. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, v. 3, n. 1, p. 46-73, 2020. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/revpgdr/article/view/111912>>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

FREITAS, Maria do Carmo Soares de; PENA, Paulo Gilvane Lopes. Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. **Revista de Nutrição [online]**, v. 20, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732007000100008>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001. **Declaração Final: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar**. Havana, Cuba. Disponível em: <<http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

FUNES, Euripedes Antonio. **“Nasci nas matas Nunca tive senhor”**: História e memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. Tese (Doutorado). Departamento de história, Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

FREITAS, Daniel Antunes et al. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. **Revista Cefac**, v. 13, p. 937-943, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-18462011005000033>>. Acesso em: 26 setembro de 2022.

FIGUEIREDO, Márcia Caçado. et al. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia - UPF**, v. 16, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rfo/article/view/2116>>. Acesso em: 19 de outubro 2022.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

JALIL, Laeticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009. Disponível em: <<https://tede.ufrj.br/handle/jspui/1241>>. Acesso em: 20 dezembro de 2022.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 187-199, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/5RKJPVxWBRqn3R5ZZC49BDz/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

LINS, Ana Paula Machado et al. Alimentação saudável, escolaridade e excesso de peso entre mulheres de baixa renda. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 18, n. 2 , pp. 357-366, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000200007>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049006132>>. Acesso em: 07 fevereiro de 2023.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno segurança alimentar. **Paris: Fhp**, 2000. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno->

2018seguranca-alimentar2019/19-caderno-2018seguranca-alimentar2019.pdf>. Acesso em: 20 dezembro de 2022.

MALUNGO; SACACA/UFOPA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente/Universidade Federal do Oeste do Pará. **Boletim da Covid-19 nos Quilombos do Pará**. Santarém – Pará. Disponível em: <<https://malungupara.wordpress.com/boletim-da-covid-19-no-quilombo/>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

MENDONÇA, Débora Jardim. A agroecologia como sistema alimentar alternativo e sustentável para realizar a segurança alimentar e garantir o direito humano à alimentação adequada. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14588/1/D%C3%A9bora%20Jardim%20Mendon%C3%A7a.pdf>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

MONEGO, Estelamaris Tronco et al. (In) segurança alimentar de comunidades quilombolas do Tocantins. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 1, p. 37-47, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634798>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2023.

MARIN-LEON, Leticia. et al. Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Revista Brasileira de Epidemiologia [online]**, v. 14, n. 3, pp. 398-410, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-790X2011000300005>>. Acesso em: 19 de outubro 2022.

MEIRELLES, Laércio. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 1, p. 11-14, 2004. Disponível em: <https://orgprints.org/21244/1/Meirelles_soberania.pdf>. Acesso em: 20 dezembro de 2022.

OLIVEIRA, Geisa de. **Prefeitura de Santarém e Ministério da Cidadania entregam mais de 2 mil cestas de alimentos para quilombolas da região**. Prefeitura de Santarém, sua cidade seu bem. Santarém, PA, 2022. Disponível em: <<https://santarem.pa.gov.br/noticias/assistencia-social/prefeitura-de-santarem-e-ministerio-da-cidadania-entregam-mais-de-2-mil-cestas-de-alimentos-para-quilombolas-da-regiao-4oztyg>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

PARÁ. Lei Nº 7.806, de 29 de abril de 2014. Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino - SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado do Pará**. Belém, PA, 2014.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil** [livro eletrônico], 2021. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

PENSSAN, Rede. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN)**, [livro eletrônico]. São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

PEREIRA, Jairo; BRECHÓ, Eduardo; REIS, Tássia. Preto Cismado. ALÁFIA, 2015. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/alafia/preto-cismado.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

PINTO, Juliana Rosa Ribeiro; COSTA, Flávia Nunes. Consumo de produtos processados e ultraprocessados e o seu impacto na saúde dos adultos. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 14, p. e568101422222, 2021. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22222>>. Acesso em: 07 fevereiro de 2023.

SANTOS, A. da S.; CURADO, F. F. Perspectivas para a pesquisa agroecológica: diálogo de saberes. **Embrapa Tabuleiros Costeiros-Documentos (INFOTECA-E)**, 2012. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/965027/1/Doc172.pdf>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

SCHALL, Brunah et al. Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de COVID-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4145-4154, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.07502022>>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

SCHAPPO, Sirlândia. Fome e insegurança alimentar em tempos de pandemia da covid-19. **Revista Ser Social**, v. 23, n. 48, p. 28-52, 2021. Disponível em: <https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/6edaf-artigo_fome_insegurancca7aalimentar.pdf>. Acesso em: 19 de outubro 2022.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: Panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Brasília, 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-PPAS, Curso de Antropologia. Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2130/1/2008_BarbaraOliveiraSouza.pdf>. Acesso em: 03 de outubro de 2020.

SILVA, Denise Oliveira et al. A rede de causalidade da insegurança alimentar e nutricional de comunidades quilombolas com a construção da rodovia BR-163, Pará, Brasil. **Revista de nutrição**, v. 21, p. 83s-87s, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700008>>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

SILVA, Maria Zênia Tavares da. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. **Configurações. Revista Ciências Sociais**, n. 25, p. 97-111, 2020. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/8626>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2022.

SILVA, Luziene Santos da. **Segurança Alimentar e Nutricional de agricultoras familiares de Alenquer, Pará, Brasil: Consumo alimentar e estado nutricional**. Dissertação (mestrado) em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida. Centro de Formação Interdisciplinar (CFI), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém - PA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/621/1/Dissertacao_SegurancaAlimentarENutricional.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

SILVA, Luziene Santos da; ALVES, Helionora da Silva; SILVA, Danielle Wagner; ROMANO, Maria Lita Padinha Correa. Alimentação na várzea amazônica: estudo dos hábitos alimentares de famílias ribeirinhas do município de Alenquer-PA. **REVISTA CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**, v. 4, n. 7, p. 177-206, 2020. Disponível em: <<http://ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistacienciasdasociedade/article/download/1406/753>>. Acesso em: 07 fevereiro de 2023.

VIEIRA, Lorena Almeida; SANTOS, Maria Mirtes Cortinhas dos; VIEIRA, Thiago Almeida; OLIVEIRA, Jorgiene dos Santos; ALVES, Helionora da Silva. Healthy diet under the perspective of Environmental Education. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 12, p. e45691211237, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i12.11237. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11237>>. Acesso em: 07 fevereiro de 2023.

XIMENES, Lucas Cunha et al. Importância do açaí na renda mensal da comunidade quilombola Murumuru em Santarém, Pará. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 11, n. 2, p. 36-42, 2020. Disponível em: <<http://sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2020.002.0004>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes, **Metodologia de Pesquisa**. Departamento de Ciências da Administração/ UFSC - 2. ed. reimp. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada **“PANDEMIA DE COVID-19 E SEGURANÇA ALIMENTAR DE MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MURUMURU, SANTARÉM, PARÁ”**. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade do Pesquisador (a) responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o (a) pesquisador (a) responsável **GEOVANA LIMA PEREIRA** através do telefone: **(00) 0000-0000** ou através do e-mail _____ Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Oeste do Pará (situado na Rua Vera Paz, s/nº, Unidade Tapajós, sala 05, CEP 68040-255, Santarém, Pará) pelo telefone: (93) 2101-4926 ou pelo email: cep@ufopa.edu.br.

1. Justificativa, os objetivos e procedimentos

A presente pesquisa é motivada pela minha vontade de estudar saúde nos quilombos do Oeste do Pará, desde o momento que entrei na universidade, pois dar visibilidade, voz e retratar a realidade dos quilombos sempre foi motivo de força para mim.

Ela se justifica porque a abordagem trará novas perspectivas sobre os problemas que as mulheres do quilombo Murumuru enfrentaram antes/durante a pandemia e ainda enfrentam para garantir sua Segurança Alimentar e Nutricional, bem como de seus lares, pois é conhecendo a realidade que se pode planejar ações para solucionar os problemas.

O objetivo desse projeto é “Analisar os efeitos da Covid-19 na segurança alimentar de mulheres do quilombo Murumuru em Santarém, Pará”.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário, com perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, onde você poderá escolher uma resposta dentre as opções o que serão oferecidas.

Caso você tenha algum impedimento quanto a assinatura e ou/leitura, é necessário que o Termo de Consentimento seja lido na frente de uma testemunha imparcial, sem qualquer envolvimento direto com a pesquisa. Esta pessoa irá assinar o documento certificando que todas as informações lhe foram repassadas e que as perguntas feitas por você foram esclarecidas, além disso, você deverá apor sua impressão digital no TCLE.

2. **Desconfortos, riscos e benefícios:**

Poderá ter algum desconforto relacionado a entrevista, pois o roteiro aborda questões que incluem valores, crenças, hábitos culturais e econômicos, o que pode gerar constrangimento, se preferir, você poderá ser entrevistado em um lugar mais confortável e poderá não responder a pergunta. Além disso, ainda há possibilidade do risco de Transmissão de COVID-19, para minimizar isso, será utilizada máscara de proteção, álcool gel e distanciamento durante as entrevistas.

Os benefícios oriundos de sua participação serão indiretos, onde você poderá contribuir para a formação acadêmica de uma mulher quilombola; dar visibilidade aos olhos da academia para as comunidades quilombolas de Santarém, Pará; evidenciar os problemas decorrentes da insegurança alimentar de mulheres quilombolas de Murumuru, além disso, os resultados das informações coletadas serão publicados como material científico e repassados para a ARQMU e FOQS.

Será garantido aos participantes acesso aos procedimentos realizados durante a pesquisa, a fim de sanar qualquer dúvida que tiverem.

3. **Forma de acompanhamento e assistência:**

As participantes será assegurada a garantia de assistência integral em qualquer etapa do estudo. Você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. Caso você apresente algum problema será encaminhado para tratamento adequado da seguinte maneira: você poderá entrar em contato com a pesquisadora através do telefone (00) 0000-0000, explicará a situação e então a pesquisadora irá tomar as medidas necessárias para solucionar o problema.

4. **Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo:**

Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através dos meios citados acima. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

5. **Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos**

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

Caso você, participante, sofra algum dano decorrente dessa pesquisa, os pesquisadores garantem indenizá-lo por todo e qualquer gasto ou prejuízo.

Para participantes analfabetos

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ CPF _____, certifico que todas as informações foram repassadas ao _____ CPF _____, e que as perguntas feitas por ele(a) foram esclarecidas. Testemunho que o(a) participante está de acordo em participar do estudo intitulado “Pandemia de Covid-19 e Segurança Alimentar de Mulheres da Comunidade Quilombola Murumuru, Santarém, Pará” de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer o seu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 20____
Assinatura da testemunha

Impressão datiloscópica da participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

Para participantes maiores de 18 anos:

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____ estou de acordo em participar do estudo intitulado “Pandemia de Covid-19 e Segurança Alimentar de Mulheres da comunidade quilombola Murumuru, Santarém, Pará”, de forma livre e espontânea, podendo retirar a qualquer meu consentimento a qualquer momento.

_____, de _____ de 20____
Assinatura da participante

Assinatura do responsável pela pesquisa

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA****A - PERFIL SÓCIOECONÔMICO****01. Qual sua idade _____ anos****02. Estado Civil** Solteira Casada Viúva Divorciada União estável**03. Quantos filhos a senhora já teve? _____****04. Qual o seu grau de escolaridade?** Analfabeta Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo Ensino superior completo Ensino superior incompleto Pós-graduação incompleto Pós-graduação completo**05. Quantas pessoas moram em sua casa?** 1 2 3 4 5 6 7 8 Mais de 8 pessoas**06. Qual a sua renda ou seu salário mensal?** Não possui renda/ salário de 1 até 2 Salários Mínimos menos de 1 Salário Mínimo Mais de 2 Salários Mínimos 1 Salário Mínimo**07. Renda familiar (somando a sua renda pessoal, mas a de sua família):** menos de 1 Salário Mínimo de 1 até 2 Salários Mínimos 1 Salário Mínimo Mais de 2 Salários Mínimos**08. Fontes de renda familiar (pode marcar mais de uma opção)** Trabalho formal (carteira assinada ou contrato formal) trabalho informal programas de incentivo à renda (aposentadorias, pensão, seguro desemprego, auxílio Brasil, etc) Caça Pesca Agricultura Pecuária artesanato comércio outros _____**B. SAÚDE E ALIMENTAÇÃO****01. Algum médico lhe disse que você tem ou já teve alguma dessas doenças?** Diabetes Hipertensão/Pressão Alta Anemia Depressão

() Colesterol alto () triglicérides alto ou gordura no sangue.
 () não () Não sei

02. De onde vem a água usada para beber? _____

03. Essa água passa por algum tratamento antes de ser consumida? () sim () não

() Não sei

Se sim, Qual? _____

04. Na sua casa tem geladeira?

() Sim () Não

05. Você cultiva hortaliças em casa?

() Sim () Não

06. Você compra hortaliças?

() Sim () Não

Se sim, onde? _____

07. Você ganha hortaliças?

() Sim () Não

Se sim, de onde? _____

08. Você costuma comer Frutas?

() Sim () Não

09. Quais frutas você costuma comer ? _____

10. Quantas vezes você come ao dia?

() 1 a 2 vezes () 3 a 4 vezes () 5 vezes ou mais

11. Quantas vezes toma água por dia?

() 1 a 2 vezes () 3 a 4 vezes () 5 vezes ou mais

12. Quais refeições você faz diariamente?

() Café da manhã () Lanche da manhã () Almoço

() Lanche da tarde () Jantar () Lanche noturno

13. Durante a pandemia, você teve dificuldade de acesso à alimentação?

() Sim () Não

Se sim, o que fez para amenizar a situação? _____

14. Sua alimentação foi afetada durante o período em que tinha que “ficar em casa” na pandemia?

() Sim () Não

Se sim, o que foi afetado? _____

15. Atualmente você está com dificuldades de acesso à alimentação?

() Sim () Não

Se sim, como está amenizando a situação?

16. Quais alimentos mais consumiu durante esse Período?

- () Peixes () Frutas frescas
 () Carnes (boi, porco, etc). () Biscoito recheado, doces e/ou guloseimas
 () Aves (frango, pato etc.). () Bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha etc)
 () Ovos. () Macarrão instantâneo ou salgadinhos de pacote.
 () Enlatados (conservas, sardinhas etc).

Outros _____

17. Durante a pandemia, você recebeu algum alimento/cesta básica dados pelo governo?

() Sim () Não

18. Quais alimentos você cultiva em casa? _____

19. Sua produção é orgânica? () Sim () Não

20. Caso NÃO seja, qual agroquímico é utilizado? _____

21. Com que frequência você tem consumido os alimentos abaixo:

ALIMENTO	FREQUÊNCIA DE CONSUMO					
	Nunca	1 vez por dia	2 ou mais vezes por dia	1 vez por semana	2 ou mais vezes por semana	1 a 3 vezes por mês
Peixes.						
Carnes (boi, porco, carneiro etc).						
Aves (frango, galinha caipira, pato etc.).						
Ovos.						
Enlatados (carnes em conservas, sardinhas, almôndegas etc).						

Arroz.						
Feijão.						
Verduras, legumes e/ou folhosos.						
Leite e derivados (queijos, requeijão e iogurte natural).						
Frutas frescas (não considerar suco de frutas).						
Macarrão instantâneo (miojo) ou salgadinhos de pacote.						
Alimentos fritos (coxinha, risole pastel, batata etc).						
Biscoito recheado, doces e/ou guloseimas (chiclete, balas, pirulitos, etc),						
Bebidas adoçadas (refrigerante, suco de caixinha, suco em pó, iogurte com açúcar e sabor etc).						

Fonte: Lista adaptada da Ficha de marcadores de Consumo Alimentar do Ministério da Saúde. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/ficha_de_marcadores_de_consumo_alimentar_2.0.0.pd.

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES
DO QUILOMBO MURUMURU (ARQMU).

DECLARAÇÃO

Eu, Maria Caetana Bentes Mota, na condição de presidente da Associação de Remanescentes do Quilombo de Murumuru – ARQMU, declaro para os devidos fins, que o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC denominado PANDEMIA DE COVID-19 E SEGURANÇA ALIMENTAR DE MULHERES DO QUILOMBO MURUMURU, SANTARÉM, PARÁ; desenvolvida pela discente Geovana Lima Pereira, sob orientação de Prof.ª Dr.ª Helionora da Silva Alves (Orientadora) e do Prof. Dr. Thiago Vieira (Coorientador), com o objetivo de Desenvolver um estudo sobre a segurança alimentar de mulheres do quilombo Murumuru em Santarém, Pará; foi aceita pela ARQMU e pode ser realizada no quilombo Murumuru sem nenhum impedimento, além dos cumprimentos das normas sanitárias estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, com relação ao combate e prevenção de infecção pela Covid-19.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Maria Caetana Bentes Mota
Maria Caetana Bentes Mota
(Presidente da ARQMU)

Cláudia Bentes Mota
Testemunha 01

Joilson Duarte Ferreira
Testemunha 02

Santarém/ PA, 06 de novembro de 2022.